

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO**

**MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA
ANÁLISE DAS TROCAS DE LEGENDA DOS PREFEITOS
BAIANOS (1996 – 2012).**

Paulo Ricardo de Oliveira Ribeiro

**CACHOEIRA - BAHIA
JULHO - 2016**

**MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE
DAS TROCAS DE LEGENDA DOS PREFEITOS BAIANOS (1996 –
2012).**

Paulo Ricardo de Oliveira Ribeiro

**Bacharel em Ciências Sociais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2013.**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira

**CACHOEIRA - BAHIA
JULHO - 2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Ribeiro, Paulo Ricardo de Oliveira

R484m Migrações partidárias no Estado da Bahia: uma análise das trocas de legenda dos prefeitos baianos (1996 – 2012)./ Paulo Ricardo de Oliveira Ribeiro. – Cachoeira, 2016.

105 f.; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2016.

1. Filiação partidária. 2. Partido político. 3. Prefeitos - Bahia. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento. II. Título.

CDD: 320

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO**

**MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE
DAS TROCAS DE LEGENDA DOS PREFEITOS BAIANOS (1996 –
2012).**

**Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de
Paulo Ricardo de Oliveira Ribeiro**

Aprovado em 29 de julho de 2016

Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira
Orientador – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Maurício Silva
Examinador - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Milton Pinheiro
Examinador - Universidade Estadual da Bahia

**CACHOEIRA - BAHIA
JULHO - 2016**

DEDICATÓRIA

Para minha mãe Juçara, meu pai Jairo, meu irmão Dionizio, minha noiva Maiara e seus familiares, e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um estudo que vem sendo desenvolvido há alguns anos. Venho agradecer, primeiramente, a Deus pela oportunidade e o dom da vida. Sou grato aos meus pais, Jairo e Juçara, e a meu irmão Dionizio por todo apoio e incentivo. E à minha noiva Maira por seu companheirismo.

Agradeço à UFRB por ter me propiciado o encontro com as ciências sociais, em especial com a ciência política. Agradeço a todo corpo docente da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRB. E sou extremamente grato ao meu professor orientador Antônio Eduardo por toda dedicação, paciência e compreensão.

EPÍGRAFE

Nunca Pare De Sonhar

“Ontem um menino que brincava me falou, hoje é semente do amanhã. Para não ter medo que este tempo vai passar. Não se desespere, nem para de sonhar. Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs. Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar. Fé na vida, fé no homem, fé no que virá. Nós podemos tudo, nós podemos mais, vamos lá fazer o que será”

Gonzaguinha.

MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE DAS TROCAS DE LEGENDA DOS PREFEITOS BAIANOS (1996 – 2012).

RESUMO: A presente proposta de estudo tem por tema a migração partidária, também conhecida por troca ou mudança de partido, com o objetivo de analisar e compreender os efeitos das trocas de legenda dos prefeitos baianos nos períodos eleitorais de 1996 a 2012. Portanto, buscou-se identificar a incidência das trocas de partidos na arena executiva municipal, verificar o desempenho eleitoral dos prefeitos migrantes e não migrantes no quesito reeleição. Examinar as migrações e a correlação de forças dos partidos, compreender os incentivos pelos quais os políticos migram de partidos e analisar os sentidos das migrações partidárias dentro do espectro partidário de direita, centro e esquerda. O intuito deste trabalho foi evidenciar a magnitude do fenômeno das migrações na arena executiva municipal. Assim, a estratégia de migrar de partido em busca de maximização de ganhos eleitorais e manter o sucesso na carreira política se dá em um cenário de incerteza, não há nenhuma garantia de sucesso eleitoral com a mudança de partido. As migrações apresentaram forte tendência em direção a partidos que faziam parte da coalizão do governo estadual, o que provoca uma oscilação na correlação de forças partidárias, e os partidos de direita são os que mais se enfraquecem com a debandada dos prefeitos trãnsfugas.

Palavras chave: Arena Executiva Municipal; Correlação de Forças; Filiação Partidária; Partido Político; Sentidos das Migrações.

MIGRAÇÕES PARTIDÁRIAS NO ESTADO DA BAHIA: UMA ANÁLISE DAS TROCAS DE LEGENDA DOS PREFEITOS BAIANOS (1996 – 2012).

ABSTRACT The proposed study focuses on the party migration, also known as exchange or party change in order to analyze and understand the effects of legend exchanges of Bahia mayors in electoral periods from 1996 to 2012. Therefore, we sought to identify the impact of exchange parties in municipal executive arena, check the electoral performance of migrants and non-migrants mayors in the issue re-election. Examine migration and the correlation of forces of the parties, understand the incentives by which political parties and migrate to analyze the meaning of party migration within the party spectrum right, center and left. The aim of this study was to demonstrate the magnitude of the migration phenomenon in the municipal executive arena. So the strategy of moving party seeking maximize electoral gains and maintain successful political career, happens in an uncertain scenario, there is no electoral guarantee of success with the change of party. Migrations showed strong trend toward parties that were part of the state government coalition which causes a fluctuation in the correlation of party forces and right-wing parties are the ones that are weakened with the stampede of defectors mayors.

Keywords: Municipal Executive Arena; Force Correlation; Party Affiliation; Political party; Senses of Migrations..

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de trocas de legenda por período e para todo o período em função da trajetória política (%)	38
Tabela 2. Resultado eleitoral do município de Valença para todo período 1996 a 2012.	39
Tabela 3. Resultado eleitoral do município de Alagoinhas para todo período 1996 a 2012	40
Tabela 4. Número de prefeitos candidatos à reeleição separados por categoria: migrantes e não migrantes (%).	44
Tabela 5. Desempenho eleitoral e migração partidária (%).	46
Tabela 6. Índice de sucesso em função dos prefeitos reeleitos classificados em migrantes e não migrantes.	48
Tabela 7. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 1996 – 2000.	61
Tabela 8. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 1996 – 2000.	62
Tabela 9. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 2000 – 2004.	63
Tabela 10. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 2000 – 2004.	64
Tabela 11. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 2004 – 2008.	65
Tabela 12. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 2004 – 2008.	66
Tabela 13. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 2008 – 2012.	67
Tabela 14. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 2008 – 2012.	68
Tabela 15. Origem e destino das migrações por ideologia para todo período 1996 - 2012	69
Tabela 16. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 1996 - 2012	70
Tabela 17. Número de Prefeitos eleitos na Bahia por partido e por período eleitoral	79
Tabela 18. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 1996 a 2000.	82

Tabela 19. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 2000 a 2004.....	83
Tabela 20. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 2004 a 2008.....	84
Tabela 21. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 2008 a 2012.....	85
Tabela 22. Número de prefeitos que saem e entram no partido 1996 a 2012.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS	17
1. O PONTO DE PARTIDA: REVISÃO DA LITERATURA.....	19
1.2. As primeiras análises sobre migrações partidárias e o contexto institucional	19
1.3 Os estudos sobre migração partidária	24
2. DELINEANDO O CAMPO: OS PREFEITOS MIGRAM?	36
2.1 A incidência das trocas de legenda na arena executiva municipal	36
2.2. As migrações partidárias dos prefeitos e a reeleição	41
2.3. Uma possível explicação: Identificação partidária, importa o partido?	50
3. SENTIDOS DAS MIGRAÇÕES: DIREITA, CENTRO E ESQUERDA. PARA AONDE VÃO OS TRÂNSFUGAS?.....	56
4. CORRELAÇÃO DE FORÇAS E SENTIDO GOVERNISTA DAS MIGRAÇÕES... 73	
4.1 O jogo não termina com o fechamento das urnas: a correlação de forças dos partidos	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE A – Lista dos partidos.....	104
ANEXO A – Fonte de Dados	105

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por tema a migração partidária, também conhecida por troca ou mudança de partido. O termo migração partidária se refere a qualquer ocorrência em que um detentor de mandato eletivo abandona o partido pelo qual se elegeu para se filiar a outro. O objetivo do estudo é analisar e compreender os efeitos das trocas de legenda dos prefeitos baianos nos períodos eleitorais de 1996 a 2012.

A pesquisa procura analisar o fenômeno das trocas de legenda na Bahia, diferenciando-se das abordagens tradicionais da literatura especializada, deslocando o universo de análise de dados da arena legislativa para a arena executiva municipal.

O interesse pelo tema de estudo a ser pesquisado surgiu da observação das constantes trocas de partido por parte dos políticos eleitos de uma eleição a outra na cidade de Muritiba, cidade localizada no Recôncavo da Bahia. Percebeu-se que a prática de trocar de partido para disputar novas eleições acontecia tanto por parte dos vereadores quanto por parte do prefeito em exercício. Em um breve retrospecto eleitoral e conhecedor da dinâmica política municipal, chamou a atenção o fato das lideranças locais que pleiteavam o cargo majoritário migrarem de partido em todas as eleições que disputavam.

Desta forma, com a verificação da incidência do fenômeno tanto na arena legislativa quanto na arena executiva no cenário municipal, começaram as reflexões de quais seriam os motivos de frequentes migrações. Passou-se a refletir como os partidos políticos se comportariam em relação à possibilidade de perda ou ganho de um político com mandato, quais seriam as estratégias envolvidas, como o eleitor enxergava o fenômeno da migração, quais as consequências para o sistema político e quais seriam as implicações para a democracia representativa. Sendo assim, surgiu o questionamento: estaria diante de um fenômeno local ou tal prática era comum em outros municípios baianos?

Em matéria do jornal *A Tarde* de 25/12/2012 uma manchete chama a atenção: “Eleição revela maior troca-troca partidário na Bahia”. No escopo da matéria, o levantamento com base nos bancos de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), feito pelo jornal, mostra um quadro de intensa mudança partidária antes das eleições de 2012.

Dos 417 prefeitos eleitos na Bahia em outubro de 2012, 230 filiaram-se aos seus respectivos partidos somente no ano de 2011. Ou seja, pelo menos 55% dos municípios baianos iriam ser governados pelos chamados “cristãos-novos” – quadros de filiados recentemente em seus partidos - o que nos fornece importante indicativo de que a incidência das trocas de legenda na arena executiva municipal acontece assim como na arena legislativa pesquisada pela literatura especializada.

Os trabalhos na literatura especializada sobre migrações partidárias estão concentrados na análise do fenômeno na Câmara dos Deputados. Poucos são aqueles sobre as assembleias legislativas ou as câmaras de vereadores e, até o momento, se desconhece em relação ao executivo municipal. Este trabalho pretende contribuir com os estudos da Ciência Política na análise teórica e empírica das migrações partidárias na arena executiva municipal.

Na arena legislativa federal, segundo Carlos Ranulfo Melo (2004), a quantidade de migrações na Câmara dos Deputados evidencia a magnitude e a persistência do fenômeno. Pois entre 1985 e 2002 ocorreram 1.041 trocas de legenda, envolvendo 852 deputados, entre titulares e suplentes. Em média, 29% dos deputados eleitos mudaram de partido nas últimas cinco legislaturas. Assim, para o autor, a mudança de partido tornou-se “endêmica no cenário político brasileiro” (p. 161).

Como relata Melo, a migração não pode ser tratada como parte de nosso folclore, ou como uma curiosidade a mais neste país tão pleno de práticas desinstitucionalizadas. Transformada em prática corrente, a troca de legenda passou a vigorar como instrumento suplementar de modificação da correlação de forças no Congresso; com impacto diferenciado sobre o desempenho dos sistemas partidários estaduais, a constituição das coalizões governamentais e o grau de representatividade do sistema partidário nacional.

As migrações tornaram-se ainda, na medida em que passou a merecer destaque na mídia, parte do rol de atividades que, na percepção da população, contribuem para situar o congresso e os partidos nos últimos lugares em qualquer pesquisa que se faça acerca da credibilidade das instituições no país. (Melo, 2004).

A magnitude e as causas da migração partidária na Câmara dos Deputados já foram investigadas por uma agenda de pesquisas (Melo, 2000; 2004; Freitas, 2008, Schmitt 1999; Diniz, 2000). A intenção aqui é mudar o foco, buscando compreender a migração partidária na arena executiva municipal.

Procurou-se entender as trocas de legenda no agregado, não só a ação individual do migrante, o que nos levaria a cair num subjetivismo impossível de mensurar. Mas também entender a ação e participação dos atores coletivos, sendo eles, os partidos políticos. Os objetivos são: Identificar a ocorrência das trocas de partidos na arena executiva municipal; verificar como a estratégia de migrar de partido incide sobre o desempenho eleitoral a partir da ótica da reeleição; examinar as migrações e as correlações de forças dos partidos; analisar os sentidos das migrações partidárias dentro do espectro partidário de direita, centro e esquerda.

O trabalho está dividido da seguinte forma: o primeiro capítulo está subdividido em duas partes. Inicialmente, apresenta-se o ponto de partida e os pressupostos teóricos da pesquisa. Faz-se uma exposição dos primeiros estudos sobre as migrações partidárias e como o enfoque tradicional dessas análises recai sobre o arranjo institucional e o sistema eleitoral político brasileiro. Na segunda parte, apresenta-se as principais pesquisas realizadas especificamente sobre o tema. E, por fim, é feita uma breve consideração a respeito da proposta de estudar as migrações partidárias na arena executiva municipal.

No segundo capítulo, tratou-se de analisar e apresentar os dados sobre a incidência das trocas de partidos na arena executiva municipal baiana, e a relação da estratégia de migrar de partido com o desempenho eleitoral a partir da ótica da reeleição. Neste ponto, baseado nos pressupostos da Escolha Racional, utilizou-se a hipótese de Melo (2004) de que as migrações partidárias seriam um recurso utilizado por políticos tentando driblar a incerteza da carreira política. Ou seja, o pressuposto é de que os políticos buscam maximizar suas chances de sucesso eleitoral e da carreira política a todo o momento. Ao final, demonstrou-se como os estudos do comportamento eleitoral ajudam a entender os baixos custos percebidos pelos prefeitos quando decidem migrar de partido visando a sobrevivência política. A pergunta a ser respondida é: os partidos importam?

No terceiro capítulo a análise versa sobre as migrações e as correlações de forças dos partidos. Este ponto busca analisar os sentidos adotados pelos prefeitos migrantes dentro do aspecto ideológico de direita, centro e esquerda. E, com base no trabalho de Borges (2010), a hipótese a ser verificada é: Com as vitórias eleitorais dos partidos de centro-esquerda nas esferas federais e estaduais a partir de 2002, os partidos que faziam parte da base carlista foram os mais afetados pelas migrações partidárias com significativa redução ao longo dos períodos eleitorais de 1996 a 2012

no número de prefeituras no Estado. Destacou-se o antigo Partido da Frente Liberal (PFL)¹, atual Democratas (DEM), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

No capítulo quatro, baseado na hipótese de que ao longo de duas décadas praticamente ininterruptas, entre 1982 e 2006 (com a excepcionalidade de uma breve experiência oposicionista entre 1986 e 1990), uma mesma coalizão de partidos de direita, tendo na liderança o antigo Partido da Frente Liberal (PFL > DEM), estabeleceu ampla hegemonia eleitoral no estado, e com a mudança do cenário político federal e estadual a partir de 2002 com as vitórias eleitorais das forças de centro-esquerda capitaneadas pelo Partido dos Trabalhadores, levou a instabilidade as bases políticas municipais dos partidos de centro-direita.

Desta forma, a competição entre as coalizões eleitorais adversárias nos níveis estadual e federal ocasionou as migrações partidárias dos prefeitos com sentido à adesão governista das novas forças políticas no Estado. As migrações seriam majoritariamente incentivadas por aspectos nacionais e estaduais, portanto, os prefeitos visariam garantir a manutenção de recursos essenciais para a sobrevivência política. Assim, pretende-se responder por quais motivos e incentivos os prefeitos migram para partidos pertencentes à base governista do poder estadual.

Por fim, no último capítulo, faço um balanço geral dos resultados encontrados e as considerações finais sobre o que foi discutido no trabalho. Apontando também, a importância dos estudos sobre migração para a compreensão das dinâmicas do sistema partidário brasileiro.

¹ Ver Apêndice A - lista de todas as siglas partidárias.

METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO DOS DADOS

Para efeito de estudo, adotou-se como análise de dados os resultados eleitorais de 1996 a 2012 de todos os municípios baianos; com base no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Optou-se pela delimitação do objeto em cinco períodos eleitorais. Esses períodos podem ser caracterizados por dois momentos distintos. O primeiro momento corresponderia à predominância dos partidos políticos de centro-direita comandados pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), e o segundo momento correspondente à ascensão dos partidos de centro-esquerda liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Na montagem do banco de dados foram verificados quais foram os candidatos em cada eleição e quais foram os eleitos em cada município baiano. A organização dos dados se deu a partir de uma lista que agrupou os cinco períodos eleitorais por município. Por exemplo, os dados do município de Cachoeira foram agrupados em ordem sequencial a partir dos resultados eleitorais de 1996 a 2012. Assim, foram feitas as análises nominal e partidária, no intuito de identificar as migrações em todos os 417 municípios da Bahia.

Na análise, a primeira condição básica a ser considerada é: Quem foi eleito prefeito em cada período eleitoral e por qual partido. Depois é analisada a trajetória eleitoral daquele prefeito para todo o período. Sendo assim, a condição primeira é ter sido prefeito em qualquer momento eleitoral do universo de pesquisa. Foram entendidas como mudanças de partido aquelas que se dão de uma legenda para outra. Portanto, um prefeito que foi eleito em um período pode ter trocado mais de uma vez de legenda de acordo com a sua trajetória eleitoral.

Tomou-se como migrante o político que no período de 1996 a 2012 foi prefeito e realizou alguma mudança de partido. A análise compreende-se da seguinte forma: Se um prefeito foi eleito em um desses momentos, 1996 a 2012, procedem-se a verificação nominal e partidária da sua trajetória eleitoral dentro do universo de dados. Na análise, é considerado migrante não só o prefeito que se elege e migra conseqüentemente para outro partido na próxima eleição.

Nos casos de mudanças de nomes de partido, ou a fusão de partidos, os prefeitos que estavam nestas legendas durante este movimento não serão contados como tendo mudado de partido. Ou seja, os prefeitos que estavam no PFL, por exemplo, que depois passou a se chamar Democratas, não serão considerados

migrantes. Como também os prefeitos que estavam no PL e no PRONA quando estes se fundiram e criaram o PR, e assim correspondentemente.

No ensejo da pesquisa serão feitas análises em jornais, revistas e periódicos. O período que será analisado é de 1996 a 2012, visando compreender a conjuntura política baiana de tal período.

1. O PONTO DE PARTIDA: REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo está dividido em três partes. Primeiro, apresenta-se o ponto de partida e os pressupostos teóricos da pesquisa. Faz-se uma exposição dos primeiros estudos sobre as migrações partidárias e como o enfoque tradicional dessas análises recai sobre o arranjo institucional e o sistema eleitoral político brasileiro. Posteriormente, traz-se os principais estudos relacionados ao tema da migração partidária na arena legislativa. E, por fim, faz-se uma breve consideração a respeito da proposta de estudar as migrações partidárias na arena executiva municipal.

1.2. As primeiras análises sobre migrações partidárias e o contexto institucional

Os primeiros estudos se iniciam com o debate sobre o arranjo institucional brasileiro pós-constituente de 1988. Mesmo não sendo o objetivo central dessas análises, a migração partidária é caracterizada como um dos pontos que contribuiriam para as deficiências do sistema político brasileiro e a debilidade dos seus partidos políticos (Freitas, 2008).

O autor Mainwaring (1991) argumenta que o arranjo institucional do sistema partidário brasileiro tende a ser caracterizado como um sistema composto por um excessivo número de partidos políticos, sem enraizamento social e com alto índice de fragmentação partidária. Os partidos seriam pouco coesos, indisciplinados e organizados fundamentalmente para atender interesses pessoais de alguns líderes.

[...] o sistema eleitoral brasileiro contribuiu para minar os esforços de construção de partidos políticos mais efetivos. Vários aspectos da legislação eleitoral brasileira não têm paralelo (ou têm pouco) no mundo, e nenhuma outra democracia dá aos políticos tanta autonomia *vis-à-vis* seus partidos. Essa legislação eleitoral reforça o comportamento individualista dos políticos e impede a construção partidária. Os graus extremamente baixos de fidelidade e disciplina partidária encontrados nos principais partidos (à exceção dos vários partidos de esquerda) são tolerados e estimulados por essa legislação. (Mainwaring, 1991, p.35).

O autor aponta que o sistema partidário brasileiro seria frágil e não institucionalizado, principalmente em razão do surgimento e desaparecimento de

alguns partidos². Nesta perspectiva, mudar de legenda corresponderia, exclusivamente, a uma alternativa associada a ganhos pessoais, ilustrando a fragilidade dos partidos políticos nacionais como atores coletivos relevantes.

Para a maioria dos políticos brasileiros, a representação significa mais clientelismo do que representar claramente grupos sociais definidos. O clientelismo político é facilitado por um sistema no qual a organização formal dos interesses é relativamente fraca, e foi tomada intencionalmente fraca por estruturas corporativistas e pela repressão contra as organizações populares. Assim, os políticos constituíram uma parte essencial desse sistema político fechado. Eles tanto ajudaram a construir o sistema quanto buscaram geralmente adaptar-se a ele, e não desafiá-lo (Mainwaring, 1991).

Para Ames (2003) diz que o sistema eleitoral brasileiro é extremamente permissivo. Dando muita liberdade aos parlamentares para formarem coligações bem-sucedidas. Ao mesmo tempo, as regras eleitorais dão margem a enorme ambiguidade na recomposição pós-eleitoral dessas alianças. O autor argumenta que a representação proporcional de lista aberta personaliza a política e entrava o desenvolvimento partidário. Para o autor, os dirigentes partidários não dispõem de instrumentos para disciplinar os deputados que aderem à legenda, e as tentativas para frear a conduta individualista ou desviante custam caro aos próprios partidos.

Nesta mesma linha de análise, Lima Júnior (1993) sustenta que no período que compreende o fim do bipartidarismo (1979 a 1988) e a promulgação da nova Constituinte, aconteceu um processo de afrouxamento das leis eleitorais e partidárias que favoreceram demasiadamente a criação de novos partidos. Acrescenta-se a isso o fato das mudanças não terem instituído nenhuma regra de fidelidade partidária. O autor ressalta que o período entre 1987 e 1989 assistiu à explosão da crise partidária. Período de intensas migrações interpartidárias e criação de elevado número de partidos inexpressivos. Segundo o autor, as consequências deste processo foram o afastamento do sistema partidário-parlamentar do sistema partidário eleitoral. Lima Júnior entende que:

² Um exemplo recente no Brasil foi a criação do PSD (Partido Social Democrata) em 2011. Antes da conclusão deste trabalho mais alguns partidos foram criados. O Partido Republicano da Ordem Social (PROS); o Solidariedade (SDD); O Partido Novo (NOVO); O Rede Sustentabilidade (REDE); e o Partido da Mulher Brasileira (PMB).

Entendo que a crise da representação política implica o afastamento do sistema partidário-eleitoral do sistema partidário-parlamentar. Decisões tomadas em uma e outra arena, no plano eleitoral e no parlamentar, vêm provocando de forma sucessiva e acumulada esse distanciamento, que é cada vez mais acentuado. Entendo ainda, que esse processo vem-se agravando desde 1988 e que possui também suas raízes legais, mais precisamente constitucionais. Os constituintes, entendendo que o mandato pertence ao representante do povo e não ao partido, deram um tratamento político ao mínimo peculiar ao partido (p.30).

Para o autor, rejeitou-se a ideia de que a representação no Legislativo fosse partidária, transformando os partidos, assim, como meros veículos para obtenção de mandatos. Nesta situação, criou-se uma realidade de que para fora do Legislativo vale o partido, que se organiza e se regula como quiser, todavia, dentro do Legislativo, o que conta é o parlamentar. Portanto, a crise configura-se exatamente na dissociação entre o sistema partidário-parlamentar e o sistema-eleitoral.

A fragilidade da legislação vigente atribuiu muita liberdade ao parlamentar e tratou o partido político de forma tal que não permitiu a consolidação de efeitos positivos para o fortalecimento do sistema partidário. Lima Júnior reforça dizendo que “a prática política da migração interpartidária, a criação “eleitoreira” de siglas e a possibilidade de alianças em eleições proporcionais retiram credibilidade e legitimidade do conjunto dos partidos” (p.31).

Os autores, Figueiredo & Limongi (2001) vão questionar a visão de que o Legislativo brasileiro seria o reino do parlamentar individual, e que o congresso produziria decisões inconsistentes e imprevisíveis devido à atuação irresponsável dos parlamentares. Os autores analisam empiricamente as votações nominais³ de que participaram os membros da Câmara dos Deputados no período 1989-94 e chegaram a conclusões totalmente em desacordo com as previsões feitas pela literatura: “os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo, muito acima do aceitável, visto que os encaminhamentos dos líderes permitem antever o resultado da votação” (p.75).

Para Figueiredo & Limongi, os resultados encontrados questionam a imagem tradicional de que a Câmara dos Deputados é o reino do parlamentar individual e os

³ “As votações nominais são precedidas pelo encaminhamento de votação por parte dos líderes, uma oportunidade regimentalmente assegurada para que eles informem publicamente quais serão os votos dos seus respectivos partidos. Trata-se, a um só tempo, de um posicionamento oficial do partido e uma orientação à bancada” (Figueiredo & Limongi, 2001, p. 76)

partidos são incapazes de mostrar um mínimo de união nas disputas legislativas. Os autores sugerem que:

[...] se volte a atenção para os mecanismos que regulam o próprio processo legislativo. Mais especificamente, o resultado observado só pode ser entendido se se levar em consideração a alocação de recursos e direitos parlamentares no próprio Parlamento. Ou seja, a explicação deve ser procurada dentro e não fora do Congresso. Por força regimental, os líderes partidários controlam a agenda dos trabalhos e assim restringem o campo aberto às estratégias individualistas dos congressistas. (p, 76).

Os autores concluem que os partidos políticos apresentam grau de coesão interna suficiente para tornar a ação do plenário previsível. Maiorias tendem a se formar a partir da coalizão de partidos que ocupam posições contíguas no ordenamento ideológico - “Além disso, o quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num continuum ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e esquerda” (p. 75) - Em suma, o comportamento do plenário é previsível e consistente.

Uma vez que a literatura apontava na direção de que os partidos não passariam de agrupamentos frouxos, nos quais sofreriam pela ação de deputados movidos por seus interesses individuais e de ocasião, tornaria impossível antever qualquer comportamento dos parlamentares quando fossem solicitados a votar em plenário. O que Figueiredo & Limongi vão colocar é que esse argumento de fragmentação partidária dentro da dinâmica e funcionamento da Câmara dos Deputados seria infundado. Pois “ a fragilidade dos partidos não se manifesta onde mais se esperava que ela viesse a se expressar: no plenário da Câmara dos Deputados, onde os deputados exercem seu direito individual de voto. Os partidos políticos na Câmara não são peças de ficção” (p. 93). Desta forma, os autores vão dizer que a filiação partidária é um forte indicador do voto provável do parlamentar e que as votações no plenário apresentam “padrões ideológicos clássicos: há uma direita, um centro e uma esquerda” (p.93).

Em seu artigo intitulado “Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados”, Melo (2000) procura descobrir como é possível a coexistência da coesão partidária apontada por Figueiredo & Limongi (1995;2001) com o alto número de migração partidária encontrado na Câmara dos Deputados, pois, segundo ele, cerca de 30% dos deputados que foram eleitos nas últimas quatro legislaturas haviam

mudado de legenda durante o mandato pelo menos uma vez. O primeiro ponto que Melo propõe é a distinção analítica entre coesão partidária e disciplina partidária.

Para Melo (2004), os dois comportamentos seriam completamente compreensíveis porque os deputados escolhem as alternativas que possibilitem as maiores chances de sucesso individual na carreira política, aproveitando-se da estrutura de recompensas e punições encontrada no Legislativo brasileiro. Segundo ele, a estrutura de punições e recompensas embutidas no arranjo interno do Legislativo brasileiro permite a coexistência dos dois comportamentos. Ela sinaliza nas duas direções: disciplina em plenário e trânsito entre as bancadas. Ambos são comportamentos racionais e que podem ser entendidos à luz da noção de que os deputados optam pelas alternativas de ação capazes de maximizar suas chances de sucesso na carreira política. Nas palavras do autor:

A existência de alternativas aparentemente tão díspares pode ser explicada graças à convivência entre regras de caráter liberalizante, como a permissão para a mudança de partido, e outras de caráter concentrador. Mais do que isso, contudo, trata-se de perceber que os *mesmos* elementos responsáveis pela maior disciplina dos partidos em plenário possuem uma cota de responsabilidade na notável instabilidade das bancadas partidárias (*Idem*, p. 114).

Outra contrapartida a este ponto de forte permissividade da legislação e do arranjo institucional é feita por Marcelo Araújo (2000)⁴. Em estudo sobre as migrações partidárias na Câmara dos Deputados, relata que dois pontos devem ser observados. Primeiro, que o fato da legislação não coibir a infidelidade partidária, não explica sua ocorrência. Não penalizar os deputados que mudam de partido não é o mesmo que incentivá-los à mudança. O segundo ponto levantado pelo autor reforça a primeira ideia: não são todos os parlamentares que mudam de partido. Segundo o autor, as trocas de partido são motivadas pelo conflito entre a lógica estadual, onde deputados são eleitos, e a lógica federal, onde se forma a coalizão presidencial e onde os deputados exercem seus mandatos.

Quem também vai criticar a argumentação de que as migrações partidárias e a fragilidade do sistema político seriam um problema da política brasileira é Jairo Nicolau (1996)⁵. O autor faz uma comparação entre as migrações na democracia de 1946 a 1964 e no período atual, demonstrando que o número de trocas de partido no

⁴ (*Apud* Freitas, 2008)

⁵ (*Apud* Freitas, 2008)

período democrático anterior é inferior às que ocorrem hoje. Assim, de acordo com o autor, não podemos evocar leis eleitorais como causa da migração partidária, uma vez que estas são muito parecidas nos dois períodos.

Na visão do autor, o que chama atenção para o caso brasileiro é a permanência dos movimentos migratórios após a transição do período de redemocratização. Segundo Nicolau,⁶ as trocas de partido poderiam ter três razões. Primeiro, o conflito de natureza ideológico-programática no partido de origem; segundo, o conflito de natureza pessoal no partido de origem e, por fim, a maximização das oportunidades eleitorais. O autor salienta a possibilidade da combinação entre estes três fatores.

1.3 Os estudos sobre migração partidária

Em importante análise desenvolvida sobre as migrações partidárias, Melo (2004) começa a sua explicação a partir dos motivos que levaram a uma alteração no comportamento dos congressistas brasileiros, relativamente ao período 1945/1964, de modo a fazer com que a mudança de legenda no curso da legislatura se tornasse prática corriqueira na Câmara dos Deputados.

Segundo Melo (2004), um conjunto de fatores de caráter contextual, conjuntural e institucional ajudou a compor o cenário em que passaram a ser feitas as escolhas dos deputados no que se refere à filiação partidária. O primeiro desses fatores foi a crise terminal do regime militar e o fracasso do primeiro governo da “Nova República”. Um período de turbulência e instabilidade que atingiria em cheio os dois principais atores do sistema partidário inaugurado em 1979. Nesse processo, mais importante do que a cisão sofrida pelo PDS em 1985 foi a crise enfrentada pelo PMDB nos anos 1987/1988, uma vez que este partido ocupava o centro do sistema e era o único a reunir condições para funcionar como o seu ponto de equilíbrio. A desestabilização do PMDB estendeu-se ao conjunto do sistema partidário.

A desestabilização do sistema bipartidário inaugurado em 1979 foi uma espécie de condição necessária para o que viria acontecer depois com o comportamento dos políticos de optarem em realizar a estratégia de trocar de legenda no decurso de um mandato. Para que as trocas de legenda fossem transformadas em prática corriqueira na Câmara, seria preciso que houvesse alternativas partidárias disponíveis aos

⁶ (Apud Freitas, 2008)

deputados e que o custo político da mudança fosse baixo, ou nulo, de forma que o legislador pudesse se reposicionar, tendo em vista o aumento de suas chances de sucesso na carreira (*Idem*).

Para o autor, duas condições foram necessárias nesse período de acomodação partidária. De um lado estavam os baixos índices de identificação partidária do eleitor com os partidos. E de outro, as regras que passaram a ordenar os processos eleitoral, partidário e legislativo. Regras que abriram novas possibilidades de ação aos congressistas.

A falta ou a baixa relação de vínculos estáveis entre os eleitores e partidos contribuiu no sentido de conferir ampla liberdade aos representantes eleitos, no que tange à trajetória partidária. A troca de partido passou a ser analisada por parte dos políticos migrantes como uma estratégia de baixo custo. Ou seja, os “baixos índices de identificação partidária, empiricamente observados a partir de meados de 80” (*Idem*, p.162), permitiram que os congressistas se lançassem à busca de uma nova legenda, sem se preocupar, a não ser em alguns casos, com o julgamento do eleitor a respeito de sua trajetória partidária. Melo, assinala que:

Dessa forma, embora o sistema eleitoral gire em torno da pessoa do candidato e convide o eleitor a personalizar sua escolha, o processo funciona de tal forma que não se observa, mesmo com a sequência das eleições, o estabelecimento de vínculos estáveis entre esses dois atores (p.61)

De outro lado, por não preverem qualquer tipo de punição para a troca de partido, as regras e o ordenamento eleitoral, além disso, possibilitaram aos partidos: “a) disputar eleições em qualquer nível, de posse apenas de registro provisório; b) ter acesso a recursos valiosos para a disputa eleitoral, mesmo sem qualquer traço de representação no Congresso; c) chegar à Câmara, sem precisar alcançar o quociente eleitoral legal” (p. 162). Portanto, no seu conjunto, a legislação eleitoral e partidária, além de tornar a mudança de partido sem custo, revelou-se permissiva, a tal ponto que as opções disponíveis, e viáveis, aos deputados se tornaram numerosas. Nas palavras do autor:

Mesmo em um contexto de vínculos partidários frágeis, a existência de um grande número de alternativas partidárias frágeis e de uma legislação altamente permissiva poderia simplesmente ser ignorada pelos congressistas, que continuariam, assim, nas mesmas legendas pelas quais haviam conquistado sua cadeira no legislativo – desde que isso lhes

parecesse benéfico do ponto de vista de sua sobrevivência política. (*Ibidem*, p.26).

Aqui, chega-se ao ponto central do estudo desenvolvido por Melo. Os fatores conjunturais, contextuais e institucionais sob os quais passaram a operar os congressistas no Brasil redemocratizado relacionaram-se de modo distinto com a troca de legenda. Desse modo, nenhum deles é capaz de explicar a ocorrência das trocas. Nenhum pode ser apontado como tendo sido capaz de determinar os cursos de ação que seguiram, ainda que, especialmente no caso do arranjo institucional, tenham traduzido estruturas de incentivo, constringendo certos comportamentos e possibilitando outros, conformando o contexto em que passaram a ser feitas as escolhas dos congressistas.

Portanto, vistos em seu conjunto, representaram condições necessárias, embora não suficientes, para que cerca de um terço dos deputados, em qualquer legislatura, passasse a avaliar o pertencimento a este ou àquele partido com base no mais restrito cálculo eleitoral ou de sobrevivência política; para que, em consequência, a troca de legenda se generalizasse e o sistema partidário brasileiro passasse a experimentar uma forma *sui generis* de evolução. (Melo, 2004)

Melo argumenta que “é a ação do deputado com base em sua percepção do contexto político e institucional” (p.26) buscando maximizar suas chances de sucesso na carreira política a variável mais relevante para o fenômeno estudado. Portanto, o deputado toma as suas decisões de forma a considerar o imperativo da sobrevivência política e enfrenta um cenário de grande incerteza eleitoral.

Desta maneira, pode-se esperar que ele utilize a liberdade de movimentação partidária que o contexto político-institucional lhe confere para buscar mais segurança. Ou seja, é possível pensar que o deputado examine a possibilidade de uma troca de partido ao longo do mandato, tendo como suporte uma avaliação acerca do impacto de tal atitude sobre a continuidade de sua carreira política. (Melo, 2004). Segundo o autor:

A mudança de partido poderá, portanto, ocorrer sempre que o deputado a considerar benéfica ou, pelo menos, não prejudicial à sua carreira. O acréscimo do “não prejudicial” se justifica na medida em que, na grande maioria das vezes, o congressista toma suas decisões em cenário de racionalidade restrita – informações incompletas e insegurança quanto aos efeitos das opções feitas. Na realidade, o deputado não possui garantias de que uma nova opção partidária vá resultar em melhor desempenho junto ao eleitorado. Nessas condições, é preciso que ele, pelo menos, tenha alguma

segurança de que a mudança de legenda não lhe acarretará perdas. Isto significa que a mudança de partido será inibida sempre que o congressista perceber que isto pode lhe acarretar prejuízo eleitoral. (p. 63)

O volume e a consistência do fenômeno levaram Melo a apontar que a “mudança de partido se tornou endêmica na Câmara dos Deputados” (p.64). Isto porque a mudança de partido passou a ser vista como uma estratégia razoável para a redução do nível de incerteza do deputado a respeito do seu futuro. Assim, trocar de legenda passou a fazer parte do leque de ações desenvolvidas pelos membros do congresso brasileiro com vistas à sobrevivência política.

Para sustentar a sua argumentação, o autor baseia-se em três evidências da sua pesquisa:

1. Os dados da pesquisa permitiram o autor perceber que, a partir da legislatura 1991/1995, a movimentação dos deputados entre as legendas disponíveis passou a refletir uma lógica interna à competição político-eleitoral. O fato de a instabilidade das bancadas na Câmara dos Deputados ter se tornado mais acentuada nos momentos em que o deputado necessitava fazer opções importantes para a sua carreira pode ser apontado como indicativo de que as migrações adquiriram um padrão associado a estratégias de sobrevivência política.
2. Deputados que obtêm acesso a recursos de poder a partir do mandato na Câmara tendem a migrar em proporção muito menor do que os demais. Estes seriam os líderes de partido, presidentes de comissões permanentes ou aqueles que ocupem cargos na mesa.
3. Deputados migrantes têm preferência por partidos capazes de lhes oferecer mais recursos na luta pela sobrevivência política. Seja por possibilitarem maior acesso a recursos disponibilizados pelo aparato governamental, seja por permitirem sinalização mais clara para um eleitorado carente de informações. Ou seja, o movimento migratório se revelou predominantemente no sentido do governo. Principalmente se o presidente possuir boa avaliação junto à população e se os partidos que compõe a coalizão compartilharem, com o partido do presidente, os recursos e as responsabilidades governativas.

Melo sinaliza também que qualquer deputado ao realizar suas escolhas tem em mente cenários distintos. Sendo assim, ao mudar de partido o congressista deve estar atento: a) ao que pensa a sua base eleitoral b) ao arranjo de forças políticas em seu estado; e c) à correlação de forças no plano nacional.

Outra importante análise de Melo é que os deputados migrantes de partidos considerados de direita migram com mais intensidade do que os de esquerda. Mas, no entanto, os de direita manteriam certa coerência, pois tenderiam a migrar para partidos do mesmo espectro ideológico. Enquanto os de esquerda, apesar de migrarem menos, seriam menos coerentes no movimento migratório, pois sairiam do espectro ideológico, buscando partidos de posições diferentes daquelas as quais eram ligados.

O tema das “migrações partidárias” também é analisado por Schmit (1999). Em sua pesquisa, o autor aponta que a taxa de reeleição parlamentar é negativamente afetada pela migração partidária, ou seja, deputados que permanecem fiéis ao seu partido de origem reelegem-se mais facilmente do que aqueles que optam por mudar de partido durante a legislatura. A primeira conclusão que o autor comenta é o efeito diferenciado da migração partidária sobre a estratégia eleitoral dos deputados federais que buscam a reeleição e dos que são efetivamente reeleitos. Schmitt, diz que:

No primeiro caso, verifica-se que a probabilidade de um parlamentar disputar um novo mandato aumenta se ele tiver abandonado o partido pelo qual se elegeu, sobretudo se tiver efetuado mais de uma troca, independentemente da sua permanência no bloco ideológico a que pertence o seu partido de origem. No segundo caso, constata-se que a chance de um deputado reeleger-se diminui se ele tiver transferido para um outro partido, não importando o número de trocas efetuadas nem o(s) partido(s) de destino (p. 145)

A segunda conclusão que o autor chega deriva da primeira. Para os deputados que migram de partido não são irrelevantes os efeitos do número de trocas e da direção das trocas sobre as suas possibilidades quer de reapresentação, quer de reeleição. Nos dois casos são favorecidos os parlamentares que trocam de legenda mais de uma vez e os que permanecem em seus blocos ideológicos.

As conclusões chegadas por Schmitt retificam as interpretações teóricas que justificam a migração partidária como uma estratégia do deputado para maximizar o seu espaço político, proporcionando-lhe a oportunidade de disputar um novo mandato em melhores condições. Por outra ótica, a eficiência dessa estratégia é comprometida

pelas preferências dos eleitores e pelas regras do sistema eleitoral de tal modo que os resultados eleitorais acabam por punir preferencialmente os deputados migrantes, não lhes concedendo um novo mandato, e favorecer os que permaneceram fiéis aos seus partidos.

Vários são os motivos para a migração partidária. Para Araújo (*apud* DINIZ, 2000, p.34), parte das migrações poderia ser explicada pela “disputa e pelo apoio ao Executivo”; parte “pede a consideração das histórias políticas dos diferentes estados e da forma como suas elites se acomodaram na passagem do bi ao pluripartidarismo”. Para ele, “as trocas de siglas, em última análise, são determinadas pela interação destas duas forças, a nacional e a estadual, no interior do processo de transição do sistema pluripartidário”.

Segundo Roma (2007), em artigo intitulado “Os efeitos da Migração Interpartidária na Conduta Parlamentar”, os estudos sobre fidelidade partidária na Câmara dos Deputados alertaram para sua magnitude e as suas causas. A partir dessas contribuições, sabe-se que os mandatários frequentemente trocam de partido, motivados por circunstâncias que facilitem atingir os objetivos de sua carreira, como a reeleição e a ocupação de postos na esfera governamental. Para Roma, as mudanças de filiação distorcem a representatividade que as legendas obtiveram depois das urnas serem fechadas e os votos traduzidos em cadeiras; e impedem que os parlamentares firmem carreira em apenas uma legenda.

No entanto, embora esse diagnóstico esteja correto, desconsidera o desempenho dos deputados migrantes no quesito partidarismo e os efeitos das mudanças de filiação em seu comportamento. O autor chegou à conclusão de que Deputados leais ou desertores têm um desempenho similar no cumprimento das obrigações assumidas com o partido ao qual estavam filiados. Os dois agrupamentos apoiam a agenda partidária, obtendo notas parecidas nos quesitos disciplina e coesão. A maior parte da movimentação interpartidária é consistente do ponto de vista ideológico. Mais de dois terços das mudanças de partido ocorreram dentro de um bloco, seja ele de esquerda, de centro ou de direita.

Para Roma, de cada 10 migrantes, apenas um rompeu essa barreira de maneira drástica, transitando de partidos esquerdistas para os direitistas ou o contrário. Muitos deputados trocam de partido, mas, apesar disso, continuam marcando uma posição política compatível com aquela sinalizada pelo partido pelo

qual se elegeram. Portanto, a infidelidade partidária é menos nociva à representação das preferências dos eleitores do que se convencionava acreditar.

Roma argumenta que as mudanças de filiação tampouco servem de indicativo de fraqueza das organizações partidárias. Os partidos têm um processo de recrutamento eficiente ao ponto de selecionarem candidatos que partilham do seu programa e que, uma vez eleitos, se mostram comprometidos em defender seu ideário e em aprovar as iniciativas do seu partido nas votações do plenário da Câmara. Os deputados infiéis estavam bem alocados na sigla pela qual assumiram o seu mandato e, dentre as múltiplas alternativas de filiação, escolhem aquela cuja ideologia se assemelha à do partido que os elegeu. Roma destaca que:

O debate no Brasil sobre a infidelidade partidária limita-se muitas vezes às questões normativas em torno de um imperativo segundo o qual o representante deve manter-se filiado sempre a um partido político durante o exercício do seu mandato, quando não, durante toda a sua carreira. Esse princípio, no qual os críticos se apoiam, incentiva a proposição de inúmeros projetos de reforma da legislação, em especial o estabelecimento de regras que forcem os mandatários a permanecerem leais à sua legenda. No entanto, as trocas de partido podem ser reduzidas sem a adoção de regulamentos que desrespeitem o direito à liberdade de associação política, como aqueles que vigoraram no autoritarismo das décadas precedentes. O caso dos Estados Unidos serve como referência de país que combina uma legislação permissiva com a observância de lealdade partidária por parte dos seus parlamentares. (p. 379-380)

O autor, Desposato (1997a, 1997b, e 2006)⁷ também vai estudar o caso brasileiro das migrações. Em suas pesquisas, o parlamentar levaria em consideração, basicamente, três fatores. Primeiro, os recursos que a filiação a este ou àquele partido possam lhe prover, seja na arena federal ou arena estadual. Segundo, a oportunidade eleitoral, reflexo da posição do partido nas eleições passadas. Terceiro, leva em conta a ideologia defendida pelo partido. Assim como Melo (2004), Desposato aponta que o custo da mudança também é um fator determinante na escolha do deputado. Este custo varia conforme o partido a que o deputado está filiado originalmente e às características do distrito eleitoral deste deputado. Mas estes custos seriam geralmente baixos ou nulos.

Para Desposato⁸, os custos de troca de legenda seriam baixos por conta da falta de punição legal para infidelidade partidária e da baixa identificação do eleitor com o candidato. Mas, para alguns poucos partidos, os custos seriam altos por

⁷ (Apud Freitas 2008)

⁸ (Apud Freitas 2008)

possuírem bases fortemente ancoradas em questões ideológicas, exemplo o PT e o PV. Outro ponto abordado por Desposato é que o maior benefício que a filiação a determinados partidos pode trazer é o acesso diferenciado aos recursos do Estado.

No aspecto aos benefícios eleitorais. Desposato argumenta que o sistema proporcional de lista aberta tornaria mais fácil a eleição em determinados partidos. Ou seja, partidos que tem quadros políticos puxadores de voto facilitariam a eleição dos demais candidatos do partido, pois os candidatos se beneficiariam da transferência de votos na lista partidária.

Em relação à ideologia, Desposato argumenta que estar em um partido político com posições ideológicas diferentes das defendidas pelo parlamentar pode trazer severos custos. Por isso, os deputados brasileiros ao migrarem, levam em conta o fator ideologia. Porém, este aspecto é um limitador e não um incentivo. Os parlamentares, ao mudarem de legenda, escolheriam partidos próximos ao seu ponto ideal.

Outra questão apontada por Desposato é o tipo do eleitor. O autor argumenta que em regiões menos desenvolvidas os eleitores tendem a demandar mais por recursos do Estado. Já em regiões mais desenvolvidas do país, os eleitores estariam mais preocupados com questões ideológicas, dando mais importância para a filiação partidária na hora da eleição do que os primeiros.

O autor destaca a importância do tamanho dos partidos; fator de relevância que interfere na divisão proporcional dos cargos no legislativo; e porque aumenta a capacidade do partido em barganhar com o executivo. Por outro lado, o autor não deixa de assinalar que alguns novos membros que o partido recebe por migração pode trazer um valor agregado negativo para a legenda. Uma vez que este novo membro não se encaixa ao programa e ideais do partido.

Enfim, Desposato conclui que os legisladores utilizam seus partidos para fins eleitorais, ideológicos e distributivos, mas não dão importância a aspectos institucionais, como assento em comissões, por exemplo. A diferença entre o comportamento dos parlamentares no tocante a migração é explicada em função do eleitorado: onde este é mais educado, os políticos estão mais interessados em defender políticas e têm, portanto, um comportamento mais ideológico, migrando menos; onde os eleitores possuem menos anos de escolaridade, os políticos estariam mais preocupados em promover políticas de clientela e, deste modo, tenderiam a migrar rumo à coalizão de governo, seja ele federal ou estadual.

Freitas (2008) diz que os estudos dedicados a explicar o fenômeno ofereceram respostas vagas ao problema, aludindo aos ganhos esperados ou a serem auferidos com a troca de partido, sem, no entanto, se mostrarem capazes de identificar quais seriam estes ganhos. Em certa medida, afirmam que o parlamentar busca obter vantagens e a aumentar sua probabilidade de ser reeleito, mas tal proposição não faz mais do que reafirmar um pressuposto básico da ciência política. “É evidente que os deputados buscam a todo tempo maximizar suas chances de sucesso na carreira política e, portanto, buscam estratégias que maximizem suas chances de reeleição” (p. 3). Freitas diz que o simples fato de deputados trocarem de partido certamente indica que tais atores percebem a importância do partido a que estão filiados para a sua carreira política; “não haveria trocas se os parlamentares não entendessem que partidos são fundamentais” (p. 3).

Freitas ainda apresenta uma nova perspectiva na análise do fenômeno da migração partidária. Ela busca analisar as trocas de legenda a partir da ótica dos partidos políticos; partindo da premissa de que parlamentares buscam maximizar suas chances de sucesso na carreira política. No entanto, Freitas entende que os benefícios perseguidos por estes são obtidos apenas através dos partidos.

Os estudos de Freitas representam uma mudança no foco da análise. O que torna possível explicar o agregado das trocas de legenda sem, no entanto, desprezar que o parlamentar calcule os custos e benefícios que obtém a cada troca de legenda. A autora conclui que se ocorre migração partidária é porque os deputados percebem a importância dos partidos para seus objetivos; e que os partidos políticos não são vítimas de parlamentares ultra individualista, os partidos têm uma atuação ativa no processo e estimulam a migração partidária na busca para aumentar seus recursos.

A grande questão apontada por Freitas é que os modelos desenvolvidos para entender as trocas de legenda no Brasil partem do ponto de vista do migrante. “A ideia é simples: entender as motivações individuais dos parlamentares a cada troca de legenda, através de *proxies* que procuram medir os benefícios que os partidos podem trazer para os deputados” (p. 57). Para a autora, a análise a partir desse pressuposto não daria conta, ou daria de forma muito pequena, a explicação do fenômeno. Migrar ou não de partido é uma decisão que envolve muitas variáveis. Portanto, os parlamentares não buscam os mesmos benefícios, pois, se buscassem, as trocas de legenda seriam concentradas em um partido ou em um grupo de partidos com as

mesmas características, tornando simples a identificação das motivações que levam à troca.

Sendo assim, várias seriam as estratégias desenvolvidas pelos parlamentares para alcanças os seus objetivos. Enquanto alguns deputados trocam de partido para aumentar sua influência no Congresso, visando ampliar as chances de aprovação de uma determinada política, outros podem buscar se aproximar do governo estadual ou de lideranças em seu estado ou município. Outros podem buscar uma aproximação maior com o Executivo Nacional. Alguns podem migrar por questões ideológicas. Enfim, várias podem ser as estratégias (Freitas, 2008). Freitas propõem o seguinte:

Se quisermos explicar a migração partidária não podemos manter o foco no migrante, a pergunta não pode ser o que este busca individualmente, mas sim o que a migração partidária revela sobre o sistema político, sobre o comportamento dos partidos e sobre as estratégias à disposição dos atores que atuam neste sistema. (p.59).

Uma hipótese alternativa apresentada por Freitas para a compreensão das migrações partidárias é a distribuição no tempo das trocas de legenda. Segundo a autora, a distribuição no tempo é uma das características mais visíveis das trocas de legendas no Brasil. A partir da legislatura de 1995 as trocas de legenda passam a ter um padrão claro de distribuição no tempo, que se acentua nas vésperas do fim do prazo de filiação mínima com vistas à eleição municipal de 1996. A partir deste momento, em todas as legislaturas que se seguiram, as trocas de legenda passam a se concentrar nos meses de fevereiro e nas vésperas do fim do prazo de filiação mínima com vistas às eleições subsequentes. (*Idem*).

Diniz (2000) foi quem primeiro associou uma relação entre as trocas de legenda e os prazos determinados no calendário eleitoral. Mas o foco da autora foi reforçar a ideia de que a legislação não causa as trocas, e sim, cria determinados tipos de exigências ou gera incentivos que levam parlamentares interessados em maximizar suas chances de sucesso a trocarem de partido, sempre que avaliarem que a nova agremiação tem mais a lhes oferecer que a anterior. A autora diz que:

A inferência é que o parlamentar que troca de legenda busca estar em um partido melhor posicionado para os futuros pleitos eleitorais, daí a correlação entre os principais momentos de troca de legendas e os prazos estabelecidos pela legislação para contagem do tamanho das bancadas partidárias com representação no Congresso para definição do tempo de propaganda gratuita e para deferimento das candidaturas. (p. 47).

Freitas (2008) vai argumentar que os parlamentares ao trocarem de legenda, embora partam de um cálculo individual, nem sempre têm objetivos claros. Desta forma, os parlamentares que migram no período pré-eleitoral, muitas vezes se quer são candidatos a cargos eletivos. Freitas vai identificar que diferente dos deputados que não tem clareza na estratégia de migrar, os partidos, por sua vez, parecem perseguir objetivos claros, tais como o aumento do tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HPGE). Isto porque a distribuição de tempo se dá de acordo com o número de parlamentares da bancada do partido.

Até aqui, podemos afirmar que a literatura que trata da migração partidária no Brasil pode ser definida em dois argumentos opostos. No primeiro polo estão os autores que afirmam que a migração partidária seria reflexo da baixa institucionalização do sistema partidário no eleitorado (Melo, 2000, 2004); de outro lado, estão os que afirmam que a migração partidária, antes de ser reflexo da disfuncionalidade do sistema político brasileiro, seria parte da estratégia dos partidos políticos (Freitas, 2008).

No primeiro grupo o argumento é que os deputados utilizariam a possibilidade de migrar de partido a fim de maximizar suas chances eleitorais, Melo (2000; 2004). A migração é facilitada por diversos motivos, entre os quais está a baixa ligação entre os partidos e o eleitorado. Essa baixa institucionalização tornaria a troca de partido uma estratégia com baixo custo. E cujo benefício poder-se-ia ser o maior acesso a recursos, que são concentrados nas mãos dos líderes partidários e no Executivo.

Segundo Melo (2000; 2004), três seriam as principais evidências deste argumento: (i) o menor número de migrações dos líderes partidários e de parlamentares que ocupam cargos no interior da Câmara, por já terem acesso aos recursos; (ii) a concentração do número de migrações em períodos específicos da legislatura, a saber: o início da legislatura quando são distribuídos os cargos e no período pré-eleitoral, antes da definição do tempo que cada partido tem direito durante o horário eleitoral; (iii) e que, ao migrar, parlamentares buscam partidos com mais acesso a recursos, em especial, partidos da base governista.

No outro polo da análise encontra-se o argumento de Freitas (2008). Segundo a autora, os principais beneficiários das migrações são os partidos políticos, pois eles utilizariam a migração de forma estratégica a fim de aumentar seu acesso a recursos de duas formas: na arena eleitoral, ao atrair parlamentares objetivando aumentar o eleitorado em regiões em que são pouco votados e o tempo do partido no horário

eleitoral gratuito; e na arena parlamentar, aumentando seu acesso a cargos no Legislativo.

Duas evidências de que a migração é um instrumento partidário são a concentração das trocas de legenda em momentos em que são distribuídos os recursos aos partidos políticos e o fato dos parlamentares trocarem de legenda para partidos que não haviam elegido nenhum parlamentar no distrito eleitoral do parlamentar. Ou seja, diferente do que argumenta Melo (2000; 2004), seriam os partidos os indutores da migração partidária.

A seguir, será exposto como os achados na literatura especializada ajudamos a analisar o fenômeno na arena executiva municipal; visando examinar as migrações partidárias dos prefeitos baianos nos períodos eleitorais de 1996 a 2012.

2. DELINEANDO O CAMPO: OS PREFEITOS MIGRAM?

A partir da observação das movimentações migratórias partidárias na cidade de Muritiba-Ba, indagou-se: os prefeitos migram? Nesse processo, o primeiro passo foi evidenciar a magnitude do fenômeno em âmbito estadual. Este capítulo está dividido em duas seções. Primeiro, apresenta-se os dados que demonstram a incidência das migrações partidárias na arena executiva municipal. Neste tópico a intenção é verificar a plausibilidade da hipótese de que ocorrem migrações de prefeitos em diversos municípios da Bahia. De acordo com os resultados, a hipótese se evidenciou positiva. Na segunda parte, destaca-se como a estratégia de migrar de partido interfere no desempenho eleitoral de migrantes e não migrantes a partir da ótica da reeleição. Com base na literatura sobre as migrações na arena legislativa, examina-se a seguinte hipótese: baseado em Melo (2004), uma vez que migrar se torna uma estratégia visando a sobrevivência política, migrar de partido pode aumentar as chances de sucesso eleitoral. Para buscar responder a esta pergunta utilizou-se o índice de sucesso de reeleição.

2.1 A incidência das trocas de legenda na arena executiva municipal

O volume e a permanência das migrações partidárias no Brasil levaram Melo a afirmar que a mudança de partido se tornou “endêmica” na Câmara dos Deputados. O fenômeno se transformou em prática costumeira no sistema político, ou seja, passou a ser um instrumento suplementar de modificação da correlação de forças no Congresso Nacional.

Melo (2004) enfatiza que os números revelam uma situação de intensa movimentação, uma vez que, evidenciando a magnitude e a persistência do fenômeno analisado entre 1985 e 2002, aconteceram 1.041 trocas de legenda, envolvendo 852 deputados, entre titulares e suplentes. Em média, 29% dos deputados eleitos mudaram de partido nas últimas cinco legislaturas.

A hipótese inicial deste trabalho foi supor que as migrações partidárias, assim como na arena legislativa, acontecem na arena executiva municipal. Portanto, partindo desta premissa e observando as migrações na cidade de Muritiba-Ba, indagou-se: Acontece em outros municípios baianos, frequentemente, as migrações partidárias de um período eleitoral a outro? Assim, o primeiro objetivo da pesquisa é

identificar a ocorrência das trocas de legenda por parte dos prefeitos na arena executiva municipal baiana.

A pesquisa baseia-se nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), através dos resultados eleitorais de cada pleito.

Pesquisando os resultados eleitorais dos 417 municípios baianos nas eleições de 1996 a 2012⁹, foram feitas análises nominal e partidária das listas. Buscou-se identificar as migrações¹⁰ em todas as cidades a partir dos resultados finais das eleições com os respectivos candidatos ao pleito municipal e os prefeitos eleitos.

De fato, examinando os cinco períodos eleitorais, ocorreram 682 trocas de partido (Ver Tabela 1). Dos 417 municípios verificados, em 84,4% dos municípios tiveram prefeitos que migraram de partido em algum momento da trajetória eleitoral. Enquanto que em 16,6% não houve nenhum tipo de movimentação de troca de legenda.

Para efeito de método, o estudo foi baseado em função da trajetória do prefeito. Como a condição para considerar uma migração é a de ter sido eleito prefeito em qualquer momento eleitoral do universo de pesquisa aqui estudado, as trajetórias foram estabelecidas com as identificações: (E) que significa eleito; e (N) não eleito. Assim, os candidatos que migram, mas não conseguiram se eleger em nenhum momento do universo de pesquisa não foram contabilizados no estudo. Temos então, as seguintes categorias quanto o movimento de migração:

1. (E) – (E): Significa que migrou do partido que foi eleito inicialmente e conseguiu ser eleito por outro partido.
2. (E) – (N): Significa que migrou do partido que foi eleito inicialmente e não conseguiu outro mandato
3. (N) – (E): Significa que migrou do partido que não foi eleito e conseguiu ser eleito por outro partido.

Feito as observações, passemos aos dados a seguir da Tabela 1:

⁹ Fonte de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

¹⁰ Na presente pesquisa, a primeira condição básica a ser considerada como migrante é: Quem foi eleito prefeito em cada período eleitoral? E por qual partido? Depois é analisada a trajetória eleitoral daquele prefeito para todo o período. Sendo assim, a condição primeira é ter sido prefeito em qualquer momento eleitoral do universo de pesquisa. E depois ver se mudou de partido durante os períodos eleitorais. Foram entendidas como mudanças de partido àquelas que se dão de uma legenda para outra. Portanto, um prefeito que foi eleito em um período pode ter trocado mais de uma vez de legenda de acordo com a sua trajetória eleitoral.

Tabela 1. Número de trocas de legenda por período e para todo o período em função da trajetória política (%)¹¹

Período	Período eleitoral em função da trajetória	Trocas de legenda (%)	Total por período (N)
1º	1996 (E) – 2000 (E)	(47%) 56	119
	1996 (E) – 2000 (N)	(35%) 42	
	1996 (N) – 2000 (E)	(18 %) 21	
2º	2000 (E) – 2004 (E)	(33%) 35	108
	2000 (E) – 2004 (N)	(34%) 37	
	2000 (N) – 2004 (N)	(33%) 36	
3º	2004 (E) – 2008 (E)	(48%) 78	161
	2004 (E) – 2008 (N)	(27%) 43	
	2004 (N) – 2008 (E)	(25%) 40	
4º	2008 (E) – 2012 (E)	(41%) 52	128
	2008 (E) – 2012 (N)	(29%) 37	
	2008 (N) – 2012 (E)	(30%) 39	
5º	1996 a 2012	166	166
Total			682
<p>Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>** O 5º período representa todas a migrações ocorridas entre os anos de 1996 a 2012 entre períodos eleitorais alternados</p>			

Como se pode perceber na Tabela 1, são considerados todos os movimentos migratórios em função da trajetória política dos prefeitos de acordo com as condições de (E) eleito e (N) não eleito. Para o período de 1996 a 2000 foram registradas 119 mudanças de partido. Deste total, 47% foram movimentos (E) – (E), 35% (E) – (N) e 18% (N) – (E).

¹¹ A porcentagem das trocas de legenda é calculada da seguinte forma: Numero de troca de legenda em função da trajetória vezes 100, dividido pelo total de trocas de legenda para o período.

Para o período de 2000 a 2004 tem-se o número de 109 migrações de legenda. Deste montante, registra-se a porcentagem para o movimento de prefeitos (E) – (E) com 33% do total das trocas de legenda, sendo 34% (E) – (N) e 33% (N) – (E).

No período de 2004 a 2008 são computadas 161 trocas de partido. No montante de prefeitos que em 48% (E) – (E), 27% (E) – (N) e 25% (N) – (E). De 2008 a 2012 são identificadas 128 mudanças de partidos. Estas trocas compreendem 41% (E) – (E), 29% (E) – (N) e 30% (N) – (E).

E entre aqueles que se apresentaram nas eleições de 1996 a 2012 de forma espaçada no tempo, ou seja, não sequencial de uma eleição a outra, mas que de acordo com a nossa condição de trajetória política é considerado migrante, têm-se o número de 165 trocas de partido. Segue exemplo de como esse universo de migrante é contabilizado na pesquisa:

Exemplo: Através da análise nominal e partidária dos cinco períodos eleitorais estudados do município de Valença, o número encontrado de migrações foi somente um. O prefeito Ramiro José Campelo de Queiroz é eleito no ano 2000 pelo PFL¹² e só volta a concorrer uma eleição no ano de 2008 e elegendando-se pelo PR.

Tabela 2. Resultado eleitoral do município de Valença para todo período 1996 a 2012.

Município	Nome dos candidatos a Prefeito	Partido	Situação	Ano Eleitoral	Votação
VALENÇA	ADEMAR FERREIRA SILVA	PSDB	Não eleito	1996	480
VALENÇA	A GENILDO RAMALHO GONCALVES	PMDB	Eleito	1996	13.822
VALENÇA	ANTONIO CARLOS DE JESUS QUEIROZ	PPB	Não eleito	1996	97
VALENÇA	RAMIRO JOSÉ CAMPELO DE QUEIROZ	PFL	Não eleito	1996	12.164
VALENÇA	RAMIRO JOSÉ CAMPELO DE QUEIROZ	PFL	Eleito	2000	15.164
VALENÇA	RENA TO ASSIS SILVA	PSDB	Não eleito	2000	15.131
VALENÇA	CLÁUDIO MÁRCIO SANTOS QUEIROZ	PP	Não eleito	2004	16.288
VALENÇA	MARTINIANO JOSÉ DOS SANTOS COSTA	PT	Não eleito	2004	1.402
VALENÇA	RENA TO ASSIS SILVA	PSDB	Eleito	2004	17.857
VALENÇA	VIDALTO OTICICA PIRES	PTC	Não eleito	2004	703
VALENÇA	CLAUDIO MARCIO SANTOS QUEIROZ	PP	Não eleito	2008	7962
VALENÇA	RAMIRO JOSÉ CAMPELO DE QUEIROZ	PR	Eleito	2008	17127
VALENÇA	RICARDO SILVA MOURA	PMDB	Não eleito	2008	10869
VALENÇA	OSVALDO CRUZ MORAIS	PT	Não eleito	2008	3693
VALENÇA	MARTINIANO JOSÉ SANTOS COSTA	PT	Não eleito	2012	10.799
VALENÇA	JUCELIA SOUSA DO NASCIMENTO	PTN	Eleito	2012	15.076
VALENÇA	LUCIANO SILVA MOURA	PMDB	Não eleito	2012	15.010

Fonte: Organização própria a partir dos resultados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral

Considerando as 682 trocas de legendas computadas em 352 cidades da Bahia, verificou-se que os prefeitos não só migram, como fazem mais de uma vez. Ou seja, o número de migrantes é menor do que o número de trocas de legenda. Por exemplo, considerando a trajetória eleitoral de Paulo Cezar Simões Silva, atual prefeito da cidade de Alagoinhas pelo PDT, veremos a seguir na Tabela 3 que o prefeito disputou a eleição de 2004 pelo PFL e não se elegeu, disputou a eleição de

¹² Atualmente o partido denomina-se, Democratas.

2008 pelo PSDB e se elegeu, foi para reeleição em 2012 pelo PDT e renovou o mandato¹³. Temos, neste exemplo, duas migrações para um migrante.

Tabela 3. Resultado eleitoral do município de Alagoinhas para todo período 1996 a 2012

Município	Nome dos candidatos a Prefeito	Partido	Situação	Ano Eleitoral	Votação
ALA GOINHAS	EDNALDO MENDES SA CRAMENTO	PSTU	Não eleito	1996	433
ALA GOINHAS	FILADELFO PINTO MEIRELES NETO	PMDB	Não eleito	1996	11.840
ALA GOINHAS	HARNOLDO SILVA AZI	PTB	Não eleito	1996	6.034
ALA GOINHAS	JOAO BATISTA FISCINA	PMN	Eleito	1996	22.159
ALA GOINHAS	JOSEILDO RIBEIRO RAMOS	PT	Não eleito	1996	5.846
ALA GOINHAS	MARIA AMELIA PIMENTA MOTTA	PSDB	Não eleito	1996	658
ALA GOINHAS	Antonio Sales da Cruz Junior	PSTU	Não eleito	2000	304
ALA GOINHAS	Filadelfo Pinto Meireles Neto	PTB	Não eleito	2000	19.057
ALA GOINHAS	João Carlos Costa Rabelo	PL	Renúncia falec	2000	0
ALA GOINHAS	Joseildo Ribeiro Ramos	PT	Eleito	2000	28.106
ALA GOINHAS	Judelio de Souza Carmo	PP	Não eleito	2000	2.053
ALA GOINHAS	Mirilo Coelho Cavalcanti	PFL	Não eleito	2000	1.215
ALA GOINHAS	Paulo Cesar Simões Silva	PMDB	Não eleito	2000	7.215
ALA GOINHAS	CARLOS HUMBERTO SOUZA REIS	PTN	Não eleito	2004	170
ALA GOINHAS	CLECIO DE OLIVEIRA	PDT	Não eleito	2004	253
ALA GOINHAS	EDNALDO MENDES SA CRAMENTO	PSTU	Não eleito	2004	312
ALA GOINHAS	JOSÉ ABADE DA PAZ SANTANA	PCO	Registro negad	2004	0
ALA GOINHAS	JOSE CARLOS LINS DE LIMA	PSDB	Não eleito	2004	737
ALA GOINHAS	JOSÉ DA PAIXÃO BISPO	PRP	Não eleito	2004	1.445
ALA GOINHAS	JOSEILDO RIBEIRO RAMOS	PT	Eleito	2004	38.232
ALA GOINHAS	PAULO CEZAR SIMOES SILVA	PFL	Não eleito	2004	23.250
ALA GOINHAS	PEDRO MARCELINO PINTO NETO	PC do B	Não eleito	2008	9463
ALA GOINHAS	PAULO CEZAR SIMOES SILVA	PSDB	Eleito	2008	29.218
ALA GOINHAS	JUSCELIO DE SOUZA CARMO	PMDB	Não eleito	2008	3856
ALA GOINHAS	ELIONALDO DE FARO TELES	PT	Não eleito	2008	28566
ALA GOINHAS	PAULO CEZAR SIMOES SILVA	PDT	Eleito	2012	46.260
ALA GOINHAS	JOSE GLVAN DOS SANTOS NOBRE	PSC	Não eleito	2012	5.519
ALA GOINHAS	JOSEILDO RIBEIRO RAMOS	PT	Não eleito	2012	23.947

Fonte: Organização própria a partir dos resultados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral

Na introdução deste trabalho foi feito um questionamento sobre o fenômeno das migrações partidárias na arena executiva municipal baiana. A partir da observação das intensas movimentações de uma eleição para outra dos políticos com mandato na cidade de Muritiba, indagou-se: Estaríamos diante de um fenômeno local ou tal prática era comum em outros municípios? O objetivo desta seção foi evidenciar que o fenômeno ocorre em vários municípios baianos. Ao concluir esta seção percebeu-se que as trocas de legenda se fazem presentes no *roll* de estratégias políticas na arena executiva municipal. Assim como apresentada amplamente pela literatura especializada focada na arena legislativa (DINIZ, 2000; MELO, 2000, 2004; ROMA, 2007; FREITAS, 2008).

¹³ Fonte: Banco de dados organizado pelo autor.

2.2. As migrações partidárias dos prefeitos e a reeleição

Nesta seção, analisam-se como as migrações partidárias incidem sobre os números de prefeitos reeleitos. A pergunta norteadora é baseada nos estudos de Melo (2004). Uma vez que migrar se torna uma estratégia visando a sobrevivência política, migrar de partido pode aumentar as chances de sucesso eleitoral?

Portanto, algumas considerações fazem antes necessárias. A reeleição para cargos do Poder Executivo - Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos - foi instituída no ano de 1997 com a Emenda Constitucional nº 16. Assim, a primeira eleição que permitiria a reeleição para o cargo de prefeito aconteceu no ano de 2000.

Sabe-se que o prefeito migrou de partido para disputar a reeleição pelo fato de que para concorrer ao cargo de prefeito o mesmo deve estar filiado ao partido por pelo menos um ano antes do dia fixado para as eleições¹⁴¹⁵; ou em prazo superior fixado no estatuto partidário¹⁶, que não poderá ser alterado no ano de realização do pleito. No caso de fusão ou incorporação de partidos políticos após o referido período, a data a ser considerada para fins de filiação partidária será a do ingresso no partido de origem.

Nesta pesquisa, de acordo com o universo de análise de dados, vale o entendimento do prazo de filiação ser de um ano antes. Porém, com a nova redação dada ao artigo 9º da Lei nº 9.504/97, pela lei 13.165/2015¹⁷, esse prazo passou a ser de seis meses anteriores à eleição. Ou seja, para disputar as eleições de outubro de 2016, o candidato pode se filiar até o dia 02 de abril de 2016 (seis meses antes).

Na literatura sobre migrações partidárias, Melo (2004) adota a premissa de que todo parlamentar tem por objetivo a sua própria reeleição. Tal compreensão é anterior

¹⁴ Lei nº 9.096, de 19.9.1995, Art. 18: “Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições, majoritárias ou proporcionais”

¹⁵ Lei nº 9.504, de 30.9.1997, art. 9º: “Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo”

¹⁶ Lei nº 9.096 de 19.9.1995, Art. 20: “É facultado ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas à candidatura a cargos eletivos”.

¹⁷ De acordo com o texto sancionado, o artigo 9º da Lei 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: “Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito, e estar com a filiação deferida pelo partido no mínimo seis meses antes da data da eleição”.

aos estudos de Melo. Podendo ser detectada já na definição schumpeteriana de partidos enquanto agrupamentos de políticos/empresários que se organizam com o objetivo de lutar de forma competitiva pelo governo (1961) e que, portanto, não poderiam ser distinguidos em termos de seus princípios.

Downs (1999) ressaltou esta questão de forma ainda mais evidente ao sustentar que os políticos formulam políticas para ganhar eleições, em vez de disputar eleições para aplicar políticas. Deste modo, Melo (2004) propõe que é possível explicar o comportamento dos deputados migrantes, uma vez que se aceite como ponto de partida a necessidade de maximização de suas chances de sucesso na carreira política. O outro ponto seria o quadro de incerteza em que está inserida a carreira política no Brasil.

Uma vez aceitas estas condições, a de sobrevivência política e o cenário de grande incerteza eleitoral, pode-se esperar que o parlamentar utilize a liberdade de movimentação partidária que o contexto político-institucional lhe confere para buscar mais segurança. Em outras palavras, é razoável esperar que ele examine a possibilidade de uma mudança de partido durante o mandato, tendo como base uma avaliação acerca do impacto de tal atitude sobre a continuidade de sua carreira.

Para Ames (2003), em última análise, as causas da migração entre partidos se encontram em aspirações de carreira. O autor afirma que os deputados brasileiros não costumam fazer projetos para longas carreiras parlamentares como acontecem com os parlamentares norte-americanos. Nas palavras do autor, os parlamentares seriam:

Seduzidos pelas ofertas de cargos nas comissões parlamentares, por projetos de obras públicas e outras vantagens com que lhes acenam os líderes partidários no afã de engrossar suas bancadas, os deputados brasileiros costumam mudar de partido logo no início da sessão legislativa. Os benefícios auferidos no exercício do mandato por nova legenda têm de ser maiores do que os riscos incorridos na eleição seguinte, e a meta imediata de alguns deputados pode não ser a reeleição, mas disputar mais tarde uma prefeitura. Outros parlamentares talvez tenham interesse apenas formal numa campanha imediata de reeleição. Para esses, a mudança de partido maximiza as vantagens de curto prazo de ocupar uma cadeira na Câmara. (p. 97-8).

A mudança de partido poderá, portanto, ocorrer sempre que o deputado a considerar benéfica ou, pelo menos, não prejudicial à sua carreira. O acréscimo do “não prejudicial” se justifica na medida em que, na grande maioria das vezes, o congressista toma suas decisões em um cenário de racionalidade restrita –

informações incompletas e insegurança quanto aos efeitos das opções feitas. (MELO, 2004).

Para Melo, na realidade, o deputado não possui garantias de que uma nova opção partidária vá resultar em melhor desempenho junto ao eleitorado. Nessas condições é preciso que ele, pelo menos, tenha alguma segurança de que a mudança de partido não lhe acarretará perdas. Isto significa que a mudança de partido será inibida sempre que o congressista perceber que isto pode lhe acarretar prejuízo eleitoral.

Portanto, os políticos sabem que alguns de seus eleitores votarão neles seja qual for o partido em que estiverem, e outros somente lhes serão fiéis enquanto continuarem filiados a uma determinada legenda. (AMES, 2003).

Para Freitas (2008), afirmar que os deputados migram para maximizar os ganhos e aumentarem suas probabilidades de serem reeleitos, apenas, reafirma um pressuposto básico da ciência política, pois é evidente que os deputados buscam maximizar a todo o tempo o sucesso na carreira política.

Parece bem nítido que todo político que detém mandato, seja na arena legislativa, seja na executiva, em qualquer escala busca maximizar a todo tempo o sucesso na carreira política. Sendo assim, podemos dizer que os prefeitos migram buscando aumentar suas chances eleitorais. As migrações seriam uma possibilidade de aumentar o acesso a recursos essenciais na competição política. Mas como o cenário político gera incertezas, a estratégia eleitoral de migrar para outro partido que possa maximizar essas chances gera um cálculo muito complexo e impreciso para a tomada de decisão. O fato de migrar não traz nenhuma certeza de sucesso de reeleição.

Freitas (2008) argumenta que as bases objetivas para o cálculo racional da ação de migrar para outro partido não se sustentam em bases objetivas. Pois os políticos não controlam ou compreendem inteiramente, ainda que procurem fazê-lo, as variáveis que exercem influência nas suas chances de reeleição. Nas palavras da autora:

A passagem pelo crivo dos eleitores implica em se submeter às incertezas próprias ao mercado eleitoral. E neste aspecto, o que se sabe é que no Brasil, estas incertezas são relativamente altas; uma vez que as taxas de reeleição, em termos comparativos, são baixas, ficando na casa de 60% nas legislaturas estudadas (p. 5).

Desta forma, para esta análise das migrações partidárias na arena executiva municipal, pode-se deduzir que, dadas às condições em que se realiza a competição eleitoral no país, em um cenário de muitas incertezas, não existe nenhuma garantia de que a nova opção partidária melhore a performance eleitoral do migrante nas urnas. Se esta colocação for acatada, pelo menos uma certeza o prefeito que troca de legenda precisa ter: a de que a mudança não lhe acarretará prejuízo eleitoral direto. Isto significa que há, no mínimo, uma percepção generalizada de que as trocas de legenda tendem a não ser punidas pelo eleitor.

Verifica-se a seguir o desempenho eleitoral dos prefeitos. Na tabela 4, apresenta-se o número de prefeitos que concorreram à reeleição. Os dados foram agrupados pelas categorias de prefeitos migrantes versus não migrantes. Ou seja, os prefeitos migrantes são os que disputaram a reeleição por outro partido ao qual foi eleito. E os não migrantes os que permaneceram fiéis ao partido de origem. Na tabela 4, por opção do autor e questões metodológicas, os dados utilizados são dos prefeitos que se elegeram e migraram logo no período seguinte para disputarem as eleições. De acordo com a Tabela 1¹⁸ utilizou-se as informações dos prefeitos que migraram (E) – (E) e (E) – (N).

Tabela 4. Número de prefeitos candidatos à reeleição separados por categoria: migrantes e não migrantes (%).

Tipo do prefeito	Candidatos à Reeleição				Total para todo o período (N)	Porcentagem para todo o período
	Período eleitoral					
	2000	2004	2008	2012		
Não-migrante	66,0	53,3	48,9	62,0	(534)	58,3
Migrante	34,0	46,7	51,1	38,0	(381)	41,7
Total	(288)	(156)	(237)	(234)	(915)	100

Fonte: Elaboração própria com informações do TSE e Confederação Nacional de Municípios.

¹⁸ Tabela 1: Número de trocas de legenda por período e para todo o período em função da trajetória política, página 38.

A reeleição para o cargo de prefeito é permitida desde o ano de 2000. Neste ano, conforme a tabela 4, tivemos 288 candidatos à reeleição. Deste montante, 66% foram de prefeitos que não trocaram de legenda. Os outros 34% foram de prefeitos que trocaram de legenda em referência ao partido ao qual foram eleitos em 1996.

Nas eleições de 2004 foram 156 prefeitos que tentavam renovar o mandato por mais quatro anos. Destes, 53,3% não migrantes contra 46,7% de migrantes. Em 2008, 237 prefeitos buscavam a recondução do mandato, 48,9% não migrantes e 51,1% migrantes. Já na eleição de 2012, são 234 candidatos à reeleição, 62% não migrantes e 38% migrantes.

Comparando os quatro períodos, os números apontam proporcionalmente um crescente na porcentagem de candidatos à reeleição nas eleições de 2004 e 2008, e um decréscimo para os não migrantes nesses dois períodos. Nos anos 2000 e 2012 a porcentagem se estabelece em padrões similares. Mais adiante retomaremos a estes números indicando suas possíveis causas.

Considerando todo o período eleitoral, foram 901 prefeitos que tentaram a reeleição, 42,5% migrantes e 57,5% não migrantes. Mesmo o número absoluto de trocas de legenda ser alto, vê-se que a maioria dos prefeitos opta em não mudar de partido para concorrer à reeleição.

Adiante, analisa-se o desempenho eleitoral dos prefeitos na condição de reeleito e não eleito para as categorias de migrante e não migrante.

Tabela 5. Desempenho eleitoral e migração partidária (%).

Desempenho Eleitoral	Período Eleitoral		
	2000		
	Migrante	Não migrante	Total de candidatos à reeleição (N)
Reeleito	57,1	57,8	(166)
Não eleito	42,9	42,2	(122)
Total (N)	(98)	(190)	(288)
Desempenho Eleitoral	Período Eleitoral		
	2004		
	Migrante	Não migrante	Total de candidatos à reeleição (N)
Reeleito	49,3	53,0	(80)
Não eleito	50,7	47,0	(76)
Total (N)	(73)	(83)	(156)
Desempenho Eleitoral	Período Eleitoral		
	2008		
	Migrante	Não migrante	Total de candidatos à reeleição (N)
Reeleito	64,4	57,7	(145)
Não eleito	35,6	42,3	(92)
Total (N)	(121)	(116)	(237)
Desempenho Eleitoral	Período Eleitoral		
	2012		
	Migrante	Não migrante	Total de candidatos à reeleição (N)
Reeleito	58,4	45,5	(118)
Não eleito	41,6	54,5	(116)
Total (N)	(89)	(145)	(234)

Fonte: Elaboração própria com informações do TSE e Confederação Nacional de Municípios.

A tabela 5 busca identificar se a troca de partido para concorrer ao segundo mandato de prefeito é importante ou não para a reeleição. O desempenho eleitoral dos prefeitos migrantes e não migrantes nos quatro períodos eleitorais é o seguinte: dos 288 prefeitos que foram candidatos à reeleição em 2000 foram 98 migrantes e 190 prefeitos fiéis ao partido de origem pelo qual se elegeram em 1996. Dos 98 migrantes, 57,1% conseguiram a reeleição e 42,9% não obtiveram êxito. Para os 190

que permaneceram no partido 57,8% conseguiram a reeleição e 42,2% não se reelegeram.

Na eleição de 2004 o número de prefeitos que buscavam a reeleição era de 156 candidatos. Deste total, foram 73 migrantes e 83 prefeitos leais ao partido pelo qual se elegeram em 2000. Dos 73 prefeitos migrantes candidatos à reeleição, 49,3% conseguiram a reeleição, os outros 50,7% não se reelegeram. Dos 83 que permaneceram no partido, 53% conseguiram a reeleição e 47% não tiveram sucesso na recondução do mandato.

Para o ano de 2008, tivemos um montante de 237 prefeitos candidatos à reeleição. Destes, 121 migrantes e 116 não migrantes. Para os 121 migrantes 64,4% conquistaram a reeleição, enquanto 35,6% não conseguiram. Dos 116 não migrantes, 57,7% foram reconduzidos ao cargo de prefeito para 42,3% que não foram reconduzidos.

Já no ano de 2012, 234 prefeitos tentavam a reeleição. 89 migrantes e 145 não migrantes. Do número de migrantes, 58,4% se reelegeram e 41,6 não se reelegeram. Para os não migrantes 45,5% conseguiram a reeleição para um total de 54,5% de prefeitos que não retornaram ao mandato.

Como se nota na tabela 5, a maioria dos prefeitos que migraram de partido para disputar a reeleição alcançaram o êxito pretendido. O que indica que ao menos não foram punidos pelo eleitor. No final desta seção, esboçam-se possíveis explicações da não punição do eleitor. Desmembrando a Tabela 5, na tabela 6, os dados foram organizados somente para os prefeitos que conseguiram a reeleição.

Deste modo, foi feito o índice de sucesso de reeleição para os prefeitos migrantes e não migrantes. O índice de sucesso é calculado em função dos prefeitos que foram reeleitos; separados pelas categorias de migrante e não migrante. O índice de sucesso é calculado da seguinte forma: número de prefeitos reeleitos por categoria migrante/não migrante vezes 100, dividido pelo total de prefeitos reeleitos.

Tabela 6. Índice de sucesso em função dos prefeitos reeleitos classificados em migrantes e não migrantes.

Período eleitoral		
2000		
Tipo de Prefeito	Reeleito (N)	Índice de sucesso de reeleição%
Migrante	56	33,7
Não Migrante	110	66,3
Total (N)	166	100
Período eleitoral		
2004		
Tipo de Prefeito	Reeleito (N)	Índice de sucesso de reeleição%
Migrante	36	45
Não Migrante	44	55
Total (N)	80	100
Período eleitoral		
2008		
Tipo de Prefeito	Reeleito (N)	Índice de sucesso de reeleição%
Migrante	78	53,8
Não Migrante	67	46,2
Total (N)	145	100
Período eleitoral		
2012		
Tipo de Prefeito	Reeleito (N)	Índice de sucesso de reeleição%
Migrante	52	44
Não Migrante	66	56
Total (N)	118	100
Para todo período eleitoral		
1996 – 2012		
Tipo de Prefeito	Reeleito (N)	Índice de sucesso de reeleição%
Migrante	222	43,7
Não Migrante	287	56,3
Total (N)	509	100
Fonte: Elaboração própria com informações do TSE e Confederação Nacional de Municípios.		

Pode-se observar na Tabela 6 que no período eleitoral de 2000 o índice de sucesso de prefeitos migrantes foi de 33%. Ou seja, dos 166 prefeitos reeleitos, 56 foram prefeitos que migraram de partido em relação ao partido ao qual se elegeram em 1996. E 110 prefeitos que permaneceram no mesmo partido se reelegeram, com um índice de 66,3%.

Para o período eleitoral de 2004 o índice de sucesso de reeleição continuou maior para aqueles que não migraram de partido. Não migraram 44 prefeitos, representando um índice de sucesso de 55%.

Para o período de 2008, o índice de sucesso dos prefeitos migrantes reeleitos foi de 53,8% para 46,2% dos não migrantes, em um total de 145 prefeitos reeleitos. No ano de 2012, o índice de sucesso foi maior para os prefeitos reeleitos não migrantes 56 %, para 43,7% dos migrantes.

Com base na tabela 6, comparando todo o período eleitoral, infere-se que o índice de sucesso de reeleição em relação às categorias de prefeitos migrantes e não migrantes, os prefeitos que permaneceram no partido tiveram um índice mais satisfatório. No geral, de todos os 509 prefeitos reeleitos em todo o universo de análise de dados, 43,7% foram de migrantes e 56,3% de prefeitos não migrantes

Portanto, através do índice de sucesso, migrar ou não migrar parece não ser fator tão determinante para obter sucesso de reeleição. Dadas as condições em que se realiza a competição eleitoral no país, não existe nenhuma garantia de que a nova opção partidária melhore o desempenho do prefeito nas urnas. Os dados mostraram uma diferença percentual de 12,6% maior para os prefeitos não migrantes. Mas vale ressaltar que, na Tabela 5, o desempenho eleitoral comparando só os prefeitos migrantes, a reeleição é positiva. Ou seja, a maioria dos prefeitos que migraram foram reconduzidos ao cargo. Desta forma, há um equilíbrio entre os índices de sucesso e o desempenho eleitoral dos prefeitos.

Ames (2003) já apontava que entre as eleições de 1986 e 1990, 70 deputados deixaram os partidos que originalmente representavam para tentar se reeleger sob outra legenda; destes, apenas 16 obtiveram êxito no pleito de 1990. Como a taxa de sucesso eleitoral entre todos os candidatos à reeleição em 1990 – tivessem ou não desertados de seus partidos originais – foi de mais 50%, a troca de legenda pode não ser uma tática muito feliz.

Aqui voltamos aos argumentos apontados por Melo (2004) e Freitas (2008) de que devido às diversas circunstâncias eleitorais, não existe nenhuma garantia de que a nova opção partidária melhore o desempenho parlamentar. No nosso caso, seria o desempenho dos prefeitos.

Em artigo intitulado “Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados”, Rogério Schimitt aponta que os resultados obtidos em pesquisa revelam

que a taxa de reeleição parlamentar é negativamente afetada pela migração partidária, ou seja, deputados que permanecem fiéis ao seu partido de origem reelegem-se mais facilmente do que aqueles que optam por mudar de partido durante a legislatura. Nesta pesquisa sobre as migrações na arena executiva municipal, os dados se mostraram em equilíbrio tanto para migrantes e não migrantes quanto ao sucesso de reeleição.

2.3. Uma possível explicação: Identificação partidária, importa o partido?

Sabemos que migrar ou não migrar não é considerado uma alternativa que traga certeza de sucesso para reeleição, mas quando o prefeito migra, ao menos existe a percepção de que o novo partido pode lhe conferir mais recursos para disputar uma nova eleição. Outro ponto importante diz respeito à percepção do eleitorado. Para o político, a troca de partido, pelo menos naquilo que diz respeito à percepção do eleitor, passou a ser uma manobra de baixo custo, pois os laços são frágeis entre o eleitor e o partido.

Cabe agora buscar compreender um dos possíveis fatores que permite aos prefeitos trãnsfugas sair de um partido a outro, tendo em vista como o eleitor se comportará com a migração. Assim, indaga-se: o partido importa na decisão do voto? Se temos um sistema multipartidário de representação, então, nos regimes democráticos os partidos, em tese, precisam exercer a função de estruturadores e facilitadores da opção eleitoral, uma vez que a condição necessária para os tornar orientadores da escolha do eleitor é que eles tenham visibilidade na competição eleitoral.

Para isto, veremos como as pesquisas de comportamento eleitoral nos ajuda a melhor elucidar o caso, ou seja, quais as características do sistema partidário brasileiro que justificam o comportamento do eleitor na relação com os partidos e os políticos.

Em “Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”, Maria D`Alva Kinzo vai apontar que uma primeira problemática da estabilização do sistema partidário é revelada pelo índice de volatilidade eleitoral, que mede os diferenciais na distribuição do apoio eleitoral entre os partidos, entre uma eleição e a seguinte. Portanto:

Quanto mais baixa for a volatilidade eleitoral, maior a probabilidade de que os partidos estabelecidos tenham algum papel em determinar as preferências, independentemente do apelo de um candidato particular do partido, de questões políticas específicas ou de qualquer outro acontecimento inesperado. Em contrapartida, a persistência de altos níveis de volatilidade é um sinal de que os partidos não conseguiram se enraizar junto ao eleitorado, a fim de assegurar um nível razoável de apoio popular. Isto seria uma indicação de falta de estabilidade do sistema partidário. (KINZO, 2005, p. 66-7)

Um parâmetro da consolidação de um sistema partidário é a normalização da competição partidária no sentido de existir algum tipo de previsibilidade sobre os principais competidores e sobre os resultados associados a seus apoios anteriores. Se admitimos anteriormente que o cenário democrático e as eleições têm um alto grau de incerteza política, a consolidação implica o surgimento de um padrão de disputa mais ou menos estável. Assim, em tese, a construção de imagens e lealdades partidárias tenderão a ser fortalecidas com a estabilidade da democracia e da competição eleitoral.

O que podemos perceber na dinâmica eleitoral do Brasil é uma forte vinculação das competições eleitorais centradas na figura do candidato do que na imagem mais coletiva do partido político. Kinzo vai argumentar que:

No caso brasileiro, além do fato de o jogo partidário e a própria democracia serem instituições jovens, a estrutura de incentivos sob as quais os atores políticos competem por votos contribui, a nosso ver, para dissipar as distinções entre os partidos, tornando difícil a lealdade partidária. Mais especificamente, as estratégias utilizadas por candidatos e partidos para maximizar seus ganhos – em eleições para cargos executivos e legislativos, sob os sistemas majoritário e proporcional – criam uma situação que não apenas estimula a personalização da competição, mas também torna nebulosa a disputa propriamente partidária. Como os partidos tem menos visibilidade do que os candidatos, não conseguem fixar suas imagens junto ao eleitorado, o que dificulta a criação de identidades e conexões com os eleitores (KINZO, 2005 p. 67).

É importante salientar algumas considerações acerca da identificação partidária por parte do eleitor. Como as eleições municipais proporcionam um contato muito próximo entre eleitor e candidato, é bem provável que haja uma tendência a uma personalização do voto. Ou seja, a escolha do eleitor não está vinculada a partido político, mas a nomes. Isto é uma importante evidência de que as campanhas eleitorais na arena legislativa e executiva não se centram nos partidos como atores principais. No percurso das campanhas, os eleitores estão expostos a uma disputa

muito mais entre candidaturas individuais, o que dificulta o desenvolvimento de vínculos de identificação partidária entre partidos e eleitores.

Pereira e Rennó (2001) argumentam que o comportamento eleitoral no Brasil tem enfatizado a baixa importância dos partidos na formação das preferências políticas do eleitorado e o consequente maior destaque do candidato.

Os autores argumentam que a ênfase na força do candidato, em detrimento do partido, parece ser tanto uma consequência da legislação eleitoral quanto uma opção do próprio eleitor. Pois existe a possibilidade do voto na legenda no Brasil, mesmo tradicionalmente tal opção não ser manifestada nitidamente. Sendo assim, o eleitor tende a votar no candidato de sua preferência e não no partido.

Para Kinzo (2005), outra questão que evidencia o baixo índice de identificação partidária no sistema partidário do Brasil seria consequência de uma situação de informação limitada sobre os partidos, por conta de um contexto que combina baixo nível educacional e a alta complexidade da competição eleitoral.

Para Pereira e Rennó (2001), as pesquisas de opinião pública revelam e reforçam a ideia da fragilidade dos partidos na arena eleitoral ao mostrar o baixíssimo número de eleitores que se filiam ou mesmo simpatizam com algum partido específico. Assim, acreditam que o eleitor tende a votar no candidato de sua preferência, e não no partido, porque os partidos “simplesmente não fazem parte das preocupações dos eleitores” (p. 3).

Ames (2003) reforça este argumento ao ressaltar que as pesquisas de opinião pública realizadas nos últimos 10 anos sugerem que uma pequena proporção do eleitorado brasileiro, em comparação com os eleitores de outras democracias industrializadas, se identifica com partidos políticos ou leva em consideração a legenda na hora de votar.

De acordo com Castro (2007), os dados de diversos surveys realizados no país, em locais e momentos diferentes, revelam que, no Brasil, grande proporção do eleitorado tem baixo grau de participação política em outras dimensões além do voto: nas campanhas eleitorais e em associações de tipo diverso, por exemplo. A autora continua dizendo que há baixa informação, interesse e envolvimento políticos por parte dos eleitores.

Para a autora, é baixo, também, o grau de articulação ou estruturação ideológica do voto da grande parte da população. A autora argumenta que:

Esses traços do eleitor brasileiro têm sustentado um diagnóstico muito difundido, a respeito do comportamento político dos setores populares: esse eleitor, desinformado, apático e sem interesse pela política, se comportaria de forma volátil, errática, aparentemente aleatória; seria um eleitorado, na sua maioria, politicamente amorfo, sem consistência ideológica, que votaria orientado pela identificação direta com um candidato e não com base nos programas e nas propostas dos partidos e candidatos. Especialmente nos períodos de maior instabilidade da estrutura partidária, com a dificuldade de formação de identificações partidárias estáveis, o voto das massas populares, a grande maioria do eleitorado, seria personalista, não partidário. Nessa situação, o eleitor brasileiro estaria permanentemente sujeito a mobilização e manipulação por parte de lideranças políticas de tipo clientelista, eleitoreira e populista. (Castro 2007, p. 355).

Singer (2000), no entanto, ressalta a importância da incorporação da identificação ideológica na análise do comportamento eleitoral no Brasil se quisermos compreender de modo mais completo como vota o brasileiro. Para o autor, não se trata de evidenciar que a identificação ideológica seja a única ou sempre a principal preditora do voto, mas sim que é um dos componentes na orientação do sufrágio. Nas palavras de Singer:

O eleitor decide seu voto a partir de predisposições de longo prazo e estímulos de curto prazo. Entre os estímulos de curto prazo, o desempenho econômico dos governantes costuma incidir com grande impacto sobre o sufrágio. Mas há outros itens que influem na orientação do voto, uma vez que o leque de tópicos que podem compor a agenda de cada eleição é quase infundável. Sobre as predisposições de longo prazo, por sua vez, elementos como a renda, a escolaridade, a identificação partidária e a identificação ideológica são naturalmente levados em consideração [...] (p.159).

O grande número de partidos no sistema brasileiro é outro fator que contribui para a percepção confusa do eleitor perante os partidos. Se por um lado temos um grande número de partidos, por outro, o número de filiações representa uma pequena taxa. O que indica, de modo geral, que o eleitor não se importa muito com os partidos políticos, portanto, a migração partidária não faz parte de suas preocupações.

A concepção de um sistema multipartidário propõe-se representar os interesses dos diversos segmentos da sociedade. Todavia, observa-se que a liberdade de migração por ausência de restrição legal cedeu espaço a criação de partidos com finalidades fisiológicas e pequenas diferenças ideológicas. Atualmente, o Brasil tem 35 partidos oficialmente registrados no TSE. Observa-se, assim, a existência de uma diversidade partidária. Diante desse contexto, o eleitor, no geral, sente dificuldades para conhecer todas as agremiações, em virtude de sua proliferação, e não consegue

acompanhar a migração partidária. Desta maneira, tende a preferir o político partidário e personalizar o voto.

Assim, uma problemática surge da seguinte forma: não se sabe se os partidos contam pouco para os eleitores porque os políticos trocam muito de legenda, ou se os políticos trocam muito de legenda porque isso pouco importa para o eleitor.

Outro quesito para questão das migrações partidárias na arena executiva são as regras que institucionalizam a dinâmica eleitoral, as leis que regem a fidelidade partidária. Surge o debate de a quem pertence o mandato eletivo se ao político eleito ou ao partido. O problema apontado estaria relacionado à facilidade e liberdade que os políticos têm de eleitos por um partido migrarem para outra agremiação.

A alta permissividade da legislação fez com que Melo (2004) mostrasse que as taxas de migração seriam bastante elevadas no Brasil. Ele aponta que 30% dos deputados federais eleitos entre 1985 e 2002 deixaram o partido pelos quais foram eleitos. Analisando a legislatura de 2003 – 2006, a proporção aumentou para mais de um em cada três deputados federais. O autor salienta que esses números são altos se comparados a padrões internacionais, pois as migrações no Congresso americanos e nos parlamentos de vários países europeus são muito pequenas.

Até o ano de 2007 as migrações aconteciam livremente sem nenhum tipo de legislação punitiva, o entendimento que vigorava era que os políticos poderiam mudar de legenda sem mais problemas para as suas carreiras. Mas esse entendimento muda a partir de 2007 pois:

A consulta de nº 1.398 do Tribunal Superior Eleitoral, do dia 27 de março de 2007, firmou entendimento de que os mandatos dos Deputados e Vereadores pertencem aos partidos políticos. Por sua vez, a consulta de nº 1.407 do Tribunal Superior Eleitoral, do dia 16 de outubro de 2007, acrescentou que os mandatos do Presidente da República, Vice-Presidente, Governador, Vice-Governador, Prefeito, Vice-Prefeito e Senador também pertencem aos partidos políticos. Em sendo assim, a partir das datas indicadas, o filiado que for considerado infiel (troca de partido sem justa causa¹⁹), perderá seu mandato, de acordo com a Resolução nº 22.610, do

¹⁹ Existem algumas hipóteses nas quais o filiado poderá se desvincular do partido sem que haja a sanção de perda do mandato eletivo. São elas:

- A) Fundação de novo partido;
- B) Fusão ou incorporação do partido do mandatário a outro partido político;
- C) Grave discriminação pessoal sofrida pelo mandatário e praticada pelo seu partido e
- D) Mudança substancial ou desvio reiterado de programa partidário. (Resolução nº 22.610, de 25 de outubro de 2007 - Brasília – DF).

A despeito da legislação que vigorava, aconteceu uma mudança significativa no entendimento da fidelidade partidária para os cargos do sistema majoritário de eleição no ano de 2015. A regra mudou para prefeito, governador, senador e presidente da República. Veremos a notícia veiculada no dia 27 de maio de 2015 pelo site do Supremo Tribunal Federal:

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na sessão de julgamentos desta quarta-feira (27), que não se aplica aos cargos do sistema majoritário de eleição (prefeito, governador, senador e presidente da República) a regra de perda do mandato em favor do partido, por infidelidade partidária, referente aos cargos do sistema proporcional (vereadores, deputados estaduais, distritais e federais). A decisão, unânime, se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5081, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. Os ministros aprovaram a tese: “A perda do mandato em razão da mudança de partido não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema majoritário, sob pena de violação da soberania popular e das escolhas feitas pelo eleitor”, além de declararem inconstitucionais as expressões “ou o vice”, do artigo 10, “e, após 16 de outubro corrente, quanto a eleições pelo sistema majoritário”, do artigo 13, e conferiram interpretação conforme a Constituição Federal ao termo “suplente”, do artigo 10, todos da Resolução 22.610/2007 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Concluindo, várias podem ser as causas para o determinante na decisão do voto e comportamento do eleitor. Na literatura da Ciência Política existem várias divergências e não há uma causa principal que determine o comportamento do sufrágio. Portanto, já que migrar ou não migrar não garante certeza de sucesso de reeleição, muito por conta de não haver elevados índices de vínculos de identificação partidária entre o eleitor e o candidato. O prefeito que migra leva em conta este cenário de tendência à personalização do voto, diminuindo as incertezas e os custos da migração partidária. Mas ressaltando que não há garantias de sucesso em seu desempenho eleitoral, como conseguir a reeleição.

3. SENTIDOS DAS MIGRAÇÕES: DIREITA, CENTRO E ESQUERDA. PARA AONDE VÃO OS TRÂNSFUGAS?

Neste capítulo busca-se identificar os sentidos das migrações partidárias dos prefeitos baianos quanto à sua origem e destino a partir da classificação de direita, centro e esquerda, comumente utilizada pela literatura da Ciência Política. Assim, com base nas classificações ideológicas desenvolvidas pela literatura, para onde vão e de onde vêm os prefeitos migrantes? Esta é a pergunta norteadora da presente seção.

A temática das ideologias partidárias é tratada de maneira variada na literatura e, por isso, o *continuum* direita-esquerda é trabalhado nesta pesquisa a fim de captar o sentido ideológico dos partidos, uma vez que os mesmos fazem parte do processo de competição eleitoral e espera-se que a sua orientação no processo seja baseada em programas bem definidos e tenham uma boa identificação ideológica perante os seus membros e, conseqüentemente, uma imagem a ser transmitida ao eleitor.

Mas a percepção que se tem, muitas vezes, especialmente divulgada e massificada pelos meios de comunicação, é que os partidos políticos brasileiros são indiferenciados ideologicamente. Desta forma, os partidos seriam totalmente pragmáticos de acordo com a oportunidade de poder.

Indicadores que apontam para esta situação de baixo enraizamento ideológico dos partidos estariam na ocorrência de coalizões governamentais ou coligações eleitorais sem atender nenhum tipo de orientação programática e ideológica, que envolvem simultaneamente partidos, formalmente situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. O cenário aparece caótico para qualquer um que vise entender o sistema partidário e eleitoral brasileiro. Pois, nas dinâmicas das competições municipais, estaduais e federal, a formação de alianças para a disputa de eleições não atende, a priori, nenhum pré-requisito ideológico, a não ser a conquista do poder. Outro ponto seria a alta taxa de migração de políticos entre os partidos, demonstrando nenhum tipo de identificação desses atore com as agremiações.

Nesta pesquisa não se pretende discutir de forma aprofundada a temática da diferenciação ideológica, do ponto de vista teórico. O que vale destacar aqui é que variados estudos feitos pela ciência política brasileira utilizaram a classificação dos partidos num eixo direita-esquerda, tendo mostrado um resultado satisfatório para a análise da atuação dos partidos.

Figueiredo & Limongi (2001), buscando verificar empiricamente a coesão interna dos partidos políticos brasileiros no parlamento através das votações nominais²⁰ que participaram os membros da Câmara dos deputados no período de 1989-94, chegam a conclusões em desacordo com as previsões feitas por parte da literatura. A tese dominante até então de que a indisciplina seria a regra na votação dos deputados no plenário da Câmara, caracterizada pela votação em termos dos interesses individuais, desconsiderando assim as orientações dos partidos e suas lideranças, caso este fosse o padrão, as diferenças comportamentais nas votações entre partidos de esquerda e direita não teria o menor sentido.

Os dados elaborados pelos autores vão trazer à tona que há taxas bastante razoáveis de disciplina partidária. Desta forma, interessa-nos no estudo de Figueiredo & Limongi como eles vão demonstrar que nas votações na Câmara do Deputados as coalizões seguem os posicionamentos dos partidos numa escala esquerda-direita:

“A consulta aos dados levou-nos a conclusões totalmente em desacordo com as previsões feitas pela literatura. Os partidos apresentaram considerável coesão média no período como um todo, muito acima do aceitável, visto que os encaminhamentos dos líderes permitem antever o resultado da votação. Além disso, o quadro que emerge da análise revela um padrão de coalizões partidárias que é coerente com a disposição dos partidos num *continuum* ideológico. Podemos falar tranquilamente em partidos de direita, de centro e de esquerda” (FIGUEIREDO e LIMONGI, 2001, p. 75).

A autora Maria D’alvo Kinzo vai afirmar que, ao nível nacional:

Pelo menos os partidos mais importantes, como PMDB, PFL, PSDB, PPR, PT, PDT e PTB, têm tomado posições diferenciadas, e seus posicionamentos têm manifestado razoável continuidade, indicando uma possível fixação de seus perfis. Embora a coesão interna ainda seja precária na maioria dos partidos e apesar da forte fragmentação que caracteriza o sistema partidário, já existem alguns condutos ou espaços ideológico-partidários capazes de balizar a luta político-eleitoral (KINZO *apud* CARREIRÃO, 1993, p. 96).

²⁰ “As votações nominais são precedidas pelo encaminhamento de votação por parte dos líderes, oportunidade regimentalmente assegurada para que eles informem publicamente quais serão os votos de seus respectivos partidos. Trata-se, a um só tempo, de um posicionamento oficial do partido e de uma orientação à bancada. Relacionando os encaminhamentos dos diferentes líderes, procuramos demonstrar que eles obedecem a um padrão tal que nos permite distribuir os partidos de maneira coerente num *continuum* ideológico” (FIGUEREDO e LIMONGI, 2001, p 76-77).

Em trabalho intitulado “Partidos, ideologia e composição Social”, Leôncio Martins Rodrigues (2002) vai mostrar que existem diferenças na composição social dos partidos, e que estas são significativas no que tange às ocupações, profissões e ao patrimônio de alguns políticos em diferentes partidos. Rodrigues visa verificar as diferenças partidárias quanto à representação de interesses e suas relações com as respectivas ideologias.

Em seu estudo, o autor trabalha com a hipótese de que haveriam diferenças significativas na composição social das bancadas de três blocos ideológicos, assim classificados por ele: “No bloco da direita, o PPB e o PFL; no do centro, o PMDB e o PSDB e, no da esquerda, o PDT e o PT” (RODRIGUES, 2002. p 32). Desta forma, as diferenças entre esses seis partidos analisados poderiam ser verificadas empiricamente pela distribuição dos segmentos socioprofissionais que as compõem, e que, a essas diferenças, corresponderiam posições políticas, programáticas e ideológicas convencionalmente tidas como de direita, centro e esquerda. Para o autor, as categorias socioprofissionais – empresários, profissionais liberais, professores, ocupações religiosas etc - dos políticos seriam um indicador da posição ideológica do partido.

São essas categorias majoritárias que traçam o perfil dos partidos e os localizam ideologicamente no espaço político. Por isso, alguns grupos socioeconômicos não apenas são majoritários numericamente como são dominantes no sentido da determinação da política partidária. Em algumas bancadas, nota-se o forte predomínio de apenas um grupo. Em outras, há mais equilíbrio na divisão de forças entre duas ou três categorias ocupacionais, fato revelador de um recrutamento partidário em setores mais diversificados da sociedade e indicativo de que o partido tende a representar grupos de interesses mais amplos. (RODRIGUES, 2002, p. 40).

Em relação à percepção do eleitor sobre a posição dos partidos numa escala de esquerda-direita, André Singer (2000) vai argumentar que mesmo não possuindo uma compreensão transparente sobre as noções e significados do que seria ideologicamente as classificações de direita, centro e esquerda, existe perante uma boa parte do eleitorado uma percepção e uma intuição por parte destes em localizar esses partidos na dimensão do *continuum* na hora de votar.

Até aqui, a explanação dessas referências acima situadas tem por objetivo apontar que há um quadro de trabalhos e pesquisas que colocam a pertinência do uso do *continuum* esquerda-direita como uma maneira possível de delinear o campo

político-partidário brasileiro, estabelecendo semelhanças entre certos grupos de partidos entre si e diferenças com outros grupos de partidos.

Esta análise foi baseada na literatura acima mencionada, principalmente, com as classificações desenvolvidas por Figueiredo & Limongi (2001), Singer (2000), na pesquisa de Rodrigues (2002) sobre a composição social dos partidos no Congresso e o trabalho de Carlos Alberto Novaes (1994) sobre a Dinâmica Institucional da Representação. Assim, os partidos foram classificados em:

Direita: Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Liberal/Partido da República (PL/PR), Partido Social Democrata Cristão (PSDC) Partido Progressista (PP), Partido da Mobilização Nacional (PMN), Partido Republicano Progressista (PRP) e Partido Social Liberal (PSL);

Centro: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Incluiu-se o Partido Social Democrata (PSD) ao centro

Esquerda: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Verde (PV) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Seguindo a classificação dos autores, foram considerados como "indefinidos" ideologicamente (PST, PHS, PTC, PTN, PT do B, PRTB, PSDC e PAN). Assim, estes partidos são mostrados nas Tabelas seguintes pela sigla: PI- Partidos Indefinidos.

Os dados estão organizados a partir de toda movimentação feita de entrada e saída de prefeitos migrantes. A seguir, são apresentadas as tabelas compreendendo cada período eleitoral, visando uma compreensão detalhada dos sentidos das migrações. As tabelas organizam as migrações de acordo com a ideologia do partido. Considerou-se para a elaboração dos dados os prefeitos que se elegeram por um partido e buscaram a reeleição por outro.

A literatura sobre as migrações partidária na arena legislativa, especialmente o trabalho desenvolvido por Melo (2004) desenvolve duas hipóteses para as migrações partidárias quanto a questão da ideologia. A primeira, segundo Melo, diz que deputados eleitos por partidos de direita tenderão a migrar em maior proporção do que os de esquerda. A segunda afirma que o deputado migrante tenderá a procurar

um partido situado o mais próximo possível, do ponto de vista da ideologia, daquele pelo qual foi eleito. O autor chega à conclusão que as duas hipóteses são positivas e são corroboradas com a análise dos dados. Em perspectiva comparada, trabalharemos essas duas hipóteses para o nosso caso das migrações partidárias na arena executiva municipal baiana.

Tabela 7. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 1996 – 2000.

Destino Origem		Direita							Centro			Esquerda			Indefinidos	Total de saídas	
		PFL/DEM	PL/PR	PTB	PRP	PMN	PSC	PP	PMDB	PSDB	PSD	P T	PCdoB	PDT	PSB		PI*
Direita	PFL/DEM		7	2				2								2	13
	PL/PR	6		2			1	1	1	1							12
	PTB	6	3					2									11
	PRP	3	1	1													5
	PMN		1	1			1										3
	PSC	1	2	1													4
	PPB/PP	2	1														3
Centro	PMDB	7	6	4				3		2				1			23
	PSDB	1	3	3				1	1								9
Esquerda	PT																
	PCdoB																
	PDT		2	5						1							8
	PSB	1	2						1								4
Indefinidos	PI*		1	1				1									3
Total de Entradas		27	29	20			2	10	3	4				1		2	98

Tabela 8. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 1996 – 2000.

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino				Total (N)
	Direita	Centro	Esquerda	Indefinidos	
Direita	47	2	0	2	(51)
Centro	28	3	1	0	(32)
Esquerda	10	2	0	0	(12)
Indefinidos	3	0	0	0	(3)
Total (N)	88	7	1	2	(98)

A eleição do ano de 2000 é a primeira a permitir a reeleição para os prefeitos. Neste cenário, 288 prefeitos são candidatos à reeleição. Destes, 34% são de candidatos que migraram de partido ao qual se elegeram em 1996.

Na Tabela 7 podemos ver quais os partidos perderam mais prefeitos via migração e aqueles que mais ganharam pelo mesmo mecanismo. O PMDB é o partido que mais perde prefeitos através da mudança de partido, 23 prefeitos no total. O PFL e o PL são os que mais recebem, 27 e 29 respectivamente.

Os sentidos das migrações demonstrados na Tabela 8 estão concentrados dentro do espectro partidário de direita. A porcentagem de prefeitos que optam por migrar para o espectro ideológico de direita representa o total de 89,7% das mudanças de partido.

A Tabela 8 permite ver que 50 - sendo 47 de direita, 3 de centro, e nenhum de esquerda), dentre os 98 prefeitos que migraram neste período, o fizeram dentro de um mesmo campo ideológico, o que corresponde a 51% dos migrantes. Por outro lado, 45 prefeitos – 4 de direita, 29 de centro e 12 de esquerda – cruzam o espectro político ao qual faziam parte, o que corresponde a 45,9% dos migrantes. Nesse primeiro período podemos ver que prefeitos de dentro do espectro partidário de direita migram mais do que os prefeitos de centro e esquerda.

Temos então que dos 98 prefeitos que mudaram de partido nesse período, 52% foram prefeitos de origem da direita, 32% de centro, 12% de esquerda e 4% formado pelos partidos classificados como indefinidos ideologicamente.

Tabela 9. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 2000 – 2004.

Destino Origem		Direita							Centro			Esquerda			Indefinidos	Total de saídas	
		PFL/DEM	PL/PR	PTB	PRP	PMN	PSC	PP	PMDB	PSDB	PSD	PT	PCdoB	PDT	PSB		PI*
Direita	PFL/DEM										1					1	
	PL/PR	5						1								1	7
	PTB	12	5		1			5								4	27
	PRP																
	PMN																
	PSC	3	1														4
	PP	5														2	7
Centro	PMDB	4	5														9
	PSDB	1	2					2									5
	PSD	1															1
Esquerda	PT																
	PCdoB																
	PDT							1									1
	PSB	1								1							2
Indefinidos	PI*	6	1							1							8
Total de Entradas		38	14		1			9		2		1				7	72

Tabela 10. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 2000 – 2004.

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino				Total (N)
	Direita	Centro	Esquerda	Indefinidos	
Direita	38	1	0	7	46
Centro	15	0	0	0	15
Esquerda	2	1	0	0	3
Indefinidos	7	1	0	0	8
Total (N)	62	3	0	7	72

No período compreendido entre 2000 e 2004, demonstrado pela Tabela 9, O PTB aparece como o partido que mais perde prefeitos via migração partidária. Como no período anterior, os partidos que mais recebem prefeitos via migração partidária são o PFL e o PL, o primeiro recebe 38 transfugas pelo qual se elegerem em 2000, já o segundo recebe 14 prefeitos.

Enquanto ao sentido das migrações, as mesmas se concentram nesse período, predominantemente, dentro do espectro partidário de direita. Como destino das migrações, 86% dos prefeitos migram para partidos de direita.

Do total de 72 prefeitos migrantes - 38 de direita, nenhum de centro e esquerda - migram dentro do mesmo espectro ideológico partidário, esse número corresponde a 52,7% das mudanças, já 47,3% passam o espectro partidário. Dentre estes, os de origem de partidos de centro são os que atravessam o espectro ideológico migrando para partidos concentrados dentro da direita.

Por fim, 64 % são migrantes de partidos de direita, 21% de partidos de centro, 4% de partidos de esquerda e dos partidos analisados como indefinidos ideologicamente representam 11% de um total de 72 migrações para esse período.

Tabela 11. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 2004 – 2008.

Origem \ Destino	Direita							Centro			Esquerda			Indefinidos	Total de saídas		
	PFL/DEM	PL/PR	PTB	PRP	PMN	PSC	PP	PMDB	PSDB	PSD	PT	PCdoB	PDT	PSB		PI*	
Direita	PFL/DEM		6	3			2	22	2		3	1		2		41	
	PL/PR			1			1	4	12	2		1	1		1	24	
	PTB								1							1	
	PRP								6	2					1	9	
	PMN								1	1						2	
	PSC									1						1	
	PP		1						11	3		1				16	
Centro	PMDB			1						1						2	
	PSDB	1					2	4				1				8	
Esquerda	PT														1	1	
	PCdoB																
	PDT							1								1	
	PSB							1								1	
Indefinidos	PI*		1				1	8	1		2	1				14	
Total de Entradas		1	8	5			1	9	67	13		7	4		4	2	121

Fonte: Ver anexo 1

* Conjunto de Partidos indefinidos ideologicamente (PTdoB, PHS, PTC, PTN, PSDC).

Tabela 12. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 2004 – 2008.

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino				Total (N)
	Direita	Centro	Esquerda	Indefinidos	
Direita	18	64	11	1	94
Centro	4	5	1	0	10
Esquerda	0	2	0	1	3
Indefinidos	2	9	3	0	14
Total (N)	24	80	15	2	121

A partir do período eleitoral de 2004 a 2008 há uma mudança de preferência de destino dos prefeitos migrantes quanto o espectro ideológico. Enquanto nos dois períodos anteriores o destino concentrava-se em partidos de direita, neste há uma preferência a partidos situados no centro. Na seção seguinte trabalharemos melhor o que significa essa mudança de preferência, por agora, focaremos apenas aos sentidos das migrações dentro do espectro ideológico.

Neste período, o PMDB é o grande partido beneficiário com as migrações partidárias, recebe 67 prefeitos via migração, o que corresponde 55,3% do total das migrações realizadas no período em questão. Já os dois partidos que foram os grandes beneficiários nos períodos anteriores, o PFL/DEM e o PL/PR, são os que mais perdem prefeitos por conta das trocas de legenda. São 41 prefeitos, que deixam o partido do PFL/DEM e 24 que deixam o PL/PR.

Como já apontado acima, o centro é a grande preferência dos prefeitos migrantes entre 2004-2008, 66% das trocas de legenda têm como destino um partido de centro, 20% partidos de direita, 12% de esquerda e 2% de indefinidos.

Dos 121 prefeitos migrantes, 77,5% são prefeitos de direita, 8% de centro, 2,5 de esquerda e 12% de indefinidos. A tabela 12 permite ver que 19 prefeitos – sendo 18 de direita e 5 de centro e nenhum de esquerda – migraram dentro de um mesmo espectro ideológico. O número de prefeitos que ultrapassaram o espectro ideológico pelo partido de origem pelo qual se elegeram chega ao total de 81%, dos 121 que trocaram de legenda.

Tabela 13. Origem e destino das migrações por ideologia para o período de 2008 – 2012.

Destino \ Origem		Direita							Centro			Esquerda			Indefinidos	Total de saídas	
		PFL/DEM	PL/PR	PTB	PRP	PMN	PSC	PP	PMDB	PSDB	PSD	PT	PCdoB	PDT	PSB		PI*
Direita	PFL/DEM							4			8	2		3			17
	PL/PR							3			8	2		1	1	1	16
	PTB								1		2			2	1		6
	PRP										2			1			3
	PMN										1			1			2
	PSC							1				1		1			3
	PP										1						1
Centro	PMDB							1			12	4		3	1		21
	PSDB										3		1	5			9
Esquerda	PT											1					1
	PCdoB											2					2
	PDT																
	PSB										1	1	1	1			4
Indefinidos	PI										2			1			3
Total de Entradas								9	1		39	13	2	19	3	1	88

Fonte: Anexo 1

* Conjunto de Partidos indefinidos ideologicamente (PT do B, PHS, PTC, PTN, PSDC).

Tabela 14. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 2008 – 2012.

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino				Total (N)
	Direita	Centro	Esquerda	Indefinidos	
Direita	8	23	16	1	48
Centro	1	15	14	0	30
Esquerda	0	1	6	0	7
Indefinidos	0	2	1	0	3
Total (N)	9	41	37	1	88

No segundo período, entre 2008 – 2012, o PMDB já não é o partido que mais recebe prefeitos via migração. Para o período anterior o partido se constituiu o principal receptor de prefeitos na Bahia. Podemos notar que saíram 21 prefeitos do partido e apenas 1 ingressou na legenda via migração partidária.

Neste período, o principal destino das trocas de legenda é o PSD. Partido criado em 2011 por Gilberto Kassab, ex-prefeito da cidade de São Paulo. Com a criação do partido, o Vice-Governador do Estado da Bahia, Otto Alencar, saiu do PP e migrou para o PSD. Com ele na liderança do partido, ingressaram 39 prefeitos via migração partidária.

O destino das migrações partidárias terá como preferência os partidos de centro e esquerda, 47% das migrações têm os partidos de centro como destino, 42% partidos de esquerda, 10% partidos de direita e 1% partidos classificados como indefinidos.

Dos 88 prefeitos que optam por mudar de partido no período em análise, 55% são prefeitos de origem ideológica a partidos de direita, 34% são de partidos dentro do espectro ideológico de centro, os de esquerda representam 8% e os indefinidos aparecem com um total de 3% das trocas de legenda.

Segundo a Tabela 14, 55 prefeitos que trocaram de legenda – sendo 39 de direita, 15 de centro e 1 de esquerda, cruzaram o espectro ideológico ao realizarem a mudança, o que corresponde a um total de 62,5% dos 88 prefeitos migrantes. Os que migraram e permaneceram no mesmo espectro somam 32%, sendo estes 8 de direita, 15 de centro e 6 de esquerda. Os indefinidos não entram na análise.

Tabela 15. Origem e destino das migrações por ideologia para todo período 1996 - 2012

Destino \ Origem		Direita							Centro			Esquerda			Indefinidos	Total de saídas	
		PFL/DEM	PL/PR	PTB	PRP	PMN	PSC	PP	PMDB	PSDB	PSD	PT	PCdoB	PDT	PSB		PI*
Direita	PFL/DEM		13	5				8	22	2	8	6	1	3	2	2	72
	PL/PR	11		3			2	9	13	3	8	3	1	1	2	3	59
	PTB	18	8		1			7	2		2			2	1	4	45
	PRP	3	1	1					6	2	2			1	1		17
	PMN		1	1			1		1	1	1			1			11
	PSC	4	3	1				1		1		1		1			12
	PPB/PP	7	2						11	3	1	1				2	27
Centro	PMDB	11	11	5				4		3				4	1		55
	PSDB	3	5	3				5	5		12	4	1	5			26
	PSD	1									3		1				2
Esquerda	PT											1				1	3
	PCdoB											2					2
	PDT		2	5				1	1	1							13
	PSB	2	2						2	1	1	1	1	1			7
Indefinidos	PI*	6	3	1				2	8	2	2	2	1	1			28
Total de Entradas		66	51	25	1		3	37	71	19	40	21	6	20	7	12	379

Tabela 16. Migração partidária e ideologia levando em conta o partido de origem e de destino dos prefeitos 1996 - 2012

Ideologia do partido de origem	Ideologia do partido de destino				Total (N)
	Direita	Centro	Esquerda	Indefinidos	
Direita	111	90	27	11	239
Centro	48	23	16	0	87
Esquerda	12	6	6	1	25
Indefinidos	12	12	4	0	28
Total (N)	183	131	53	12	379

Fonte: elaboração do autor

Nas Tabelas 15 e 16 temos os dados das migrações partidárias para todo o período entre 1996 a 2012. Chama atenção três partidos quanto ao número de saídas e entradas via troca de legenda. O PFL/DEM que perde 72 prefeitos e recebe 66, do PL/PR saem 59 e entram 51 prefeitos, do PMDB saem 55, e 71 entram através da migração partidária. Na próxima seção buscaremos compreender melhor a conjuntura política baiana no decorrer do período de 1996 e 2012, e explicar como os partidos são afetados com as migrações no sentido das correlações de forças e como os partidos que estão à frente do governo federal e estadual afetam a dinâmica dos prefeitos nos municípios.

Os sentidos das migrações demonstrados na Tabela 16 apresentam que a maioria das migrações tem como destino os partidos de direita e centro. A porcentagem de prefeitos que optam por migrar para o espectro ideológico de direita representa o total de 48% das mudanças, para o centro são 34%, tendo a esquerda como destino 14% dos prefeitos, os indefinidos representam 4% de um total de 379 migrações.

De todas as trocas de legenda do período entre 1996 a 2012, são 239 prefeitos migrantes de origem de partidos da direita, o que representa 63% das mudanças. 87 são oriundos do centro, com percentual de 23%. Os de origem de partidos de esquerda somam 25, que representa 6,5% e os indefinidos ideologicamente aparecem com 28 trocas com percentual de 7,5%.

Ainda com os dados apresentados na Tabela 16, 140 prefeitos - sendo 111 de direita, 23 de centro e 6 de esquerda – ao migrarem permaneceram no mesmo

espectro ideológico ao partido de origem, eles representaram 37% do total das trocas. Para os que cruzaram o espectro ideológico foram 199 – destes 117 de direita, 64 de centro e 18 de esquerda – representando 52% das trocas. Para esta análise os indefinidos não são considerados.

Podemos perceber na Tabela 16 que a maioria dos sentidos migratórios se dão dos partidos de direita a todos os espectros ideológicos – direita, centro e esquerda - , verificamos que os prefeitos eleitos pelo PT, PCdoB, PSB, PDT migram em uma parcela significativamente menor do que prefeitos eleitos por outros partidos, como o PFL/DEM, PL/PR, PTB, PMDB.

Desta forma, os prefeitos eleitos pelos partidos de esquerda migram bem menos do que os prefeitos eleitos por partidos de direita e centro. Nos estudos desenvolvidos sobre a arena legislativa, Melo (2004) e Freitas (2008) já sinalizavam que os parlamentares de esquerda migram em número menor do que os oriundos de outros blocos ideológicos. No caso baiano, a mesma tendência encontrada nas pesquisas sobre migrações na arena legislativa pode ser aplicada nesta arena executiva municipal.

Para os parlamentares, Melo (2004) ressalta que a possibilidade de que os membros dos partidos de esquerda possam beneficiar-se de estratégias eleitorais coletivas desenvolvidas por suas organizações desaconselharia a troca de legenda. No Partido dos Trabalhadores (PT), o mais notório dos casos, a ênfase conferida à legenda reduz custos de campanha e possibilita a eleição de deputados com votação mais baixa do que seria necessário nos demais partidos.

O autor argumenta ainda que o deputado de esquerda também corre o risco, ao migrar, de ver cortados os seus laços com os militantes oriundos dos movimentos sociais próximos a seu partido, perdendo, desta forma, outro importante recurso eleitoral. Portanto, pode-se dizer que os políticos de esquerda têm maior necessidade da estrutura partidária para aumentar suas chances eleitorais.

Se por um lado partidos perdem força com a saída de prefeitos, outros ganham através da migração. Portanto, os partidos não são vítimas de prefeitos ultra individualistas que visam somente a sobrevivência política, pois cabe aos partidos, no mínimo, a decisão de aceitar ou não novos membros. Aproximamos das conclusões de Freitas (2008) de que os partidos são importantes atores no incentivo às trocas de legenda. Sendo assim, os prefeitos que buscam aumentar suas chances de sucesso na carreira política migram visando ampliar os recursos para a sobrevivência política,

e os partidos, por sua vez, visam na migração aumentar a quantidade de novos membros e ampliar seus recursos.

A partir da observação dos sentidos das migrações partidárias nas tabelas acima, fica caracterizado dois momentos claros enquanto ao sentido adotado. Nos dois primeiros períodos 1996 a 2000 e 2000 a 2004, as trocas de legenda se concentram em partidos de direita. No período de 2004 a 2008 os partidos de centro representam a grande preferência dos prefeitos quanto ao destino das mudanças. No último período há uma concentração em partidos de centro e esquerda. Através destes dados indagamos: qual é o padrão ou motivação para que o prefeito migre na arena executiva municipal baiana? O que explica essas trocas quanto ao sentido ideológico em relação às forças partidárias que governam o Poder Executivo Estadual e Federal. Na próxima seção buscaremos encontrar respostas para os problemas aqui levantados.

4. CORRELAÇÃO DE FORÇAS E SENTIDO GOVERNISTA DAS MIGRAÇÕES

Este capítulo tem por objetivo analisar a correlação de forças dos partidos nos períodos eleitorais de 1996 a 2012. Desta forma, faremos uma discussão sobre a democracia representativa^{21,22}, tendo em vista que o comportamento de migrar de partido afeta a correspondência entre votos e cadeiras, violando uma regra básica da representação política, a de que a distribuição de preferências dos eleitores constitua a condição e a medida para definir as oportunidades de acesso a postos públicos (MARENCO, 2009).

É importante notar como as migrações alteram as forças partidárias eleitorais. Uma vez que o prefeito se elege por um partido e, no decorrer do mandato, ele troca de legenda. Neste fluxo, partidos aumentam e diminuem de tamanho sem passar pelo crivo eleitoral. Estaria, assim, ocasionando uma crise de representatividade?

Outra discussão que abordaremos nesta seção, com base no trabalho de André Borges (2010), é a hipótese de que com as vitórias eleitorais dos partidos de centro-esquerda nas esferas federais e estaduais, os partidos que faziam parte da base carlista²³ foram os mais afetados pelas migrações partidárias. A intenção é caracterizar as migrações com sentido majoritariamente em direção aos partidos que estejam no centro do poder estadual. Na seção anterior, quando mostramos as trocas

²¹ Não é intenção nossa fazer uma ampla discussão teórica sobre os fundamentos da democracia representativa, mas de forma simples: “A expressão “democracia representativa” significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito a coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aqueles que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade...Em outras palavras, um estado representativo é um estado no qual as principais deliberações são tomadas por representantes eleitos.” (BOBBIO, Norberto. 2011. p.56-7).

²² Podemos elencar quatro aspectos importantes da democracia representativa segundo Bernard Manin (1995), são eles: “eleição de representantes pelos governados, independência parcial dos representantes, liberdade da opinião pública e decisões políticas tomadas após deliberação” (p, 9).

²³ Mais à frente descreveremos o que significou o carlismo na Bahia. O carlismo faz referência a liderança e hegemonia política exercida no Estado por Antônio Carlos Peixoto Magalhães de aocrônimo ACM. O carlismo é uma política *baiano-nacional* nascida de aspirações modernizantes de uma elite regional, nos marcos da chamada *revolução passiva* brasileira e na perspectiva de um *autoritarismo instrumental*. Adota, como diretriz, simultânea atuação na política institucional, na estrutura da administração pública e na interface destas com o mercado e, como estratégia, a sustentação regional da *ordem social competitiva*, ligando-se, pragmaticamente, ao campo político liberal.” (DANTAS NETO. 2003. p. 1)

de legenda por sentido ideológico, o indicativo foi de que há uma forte tendência a migrações em sentido governista.

A partir dos dados analisados, percebemos que as movimentações das trocas de legenda seguem dois momentos distintos na política baiana. O primeiro momento seria quando o Estado era comandado pelas forças carlistas, e o segundo momento seria identificado com a chegada do PT e seus aliados ao poder Estadual e Federal. Assim, a direção das migrações ocorrera de acordo com as forças partidárias que gravitavam no centro do poder estadual.

4.1 O jogo não termina com o fechamento das urnas: a correlação de forças dos partidos

De dois em dois anos o eleitor vai às urnas para externar a sua preferência política votando em candidatos e partidos²⁴ no Brasil. Para candidatos serem votados é necessário está filiado a um partido político. Espera-se que exista um mínimo de vínculo ideológico e identificação partidária entre candidatos e seus respectivos partidos e que esse vínculo seja vindouro.

Mas não é bem isso que acontece, pois o volume das migrações partidárias tanto na esfera legislativa, como apontado pela literatura especializada (Melo, 2004, Freitas, 2008), e como este trabalho vem demonstrando na arena executiva baiana, dão demonstrações de como as estratégias de ampliação de poder e a correlação de forças dos partidos alteram mesmo após o fechamento das urnas na eleição. O que significam as trocas de legenda para o sistema político? Como fica a questão da representatividade? Quais as possíveis motivações para os prefeitos buscarem um novo partido político para exercerem o mandato e disputar eleições? Tentaremos responder a essas questões adiante. André Marengo (2006) vai dizer que:

Quando a defecção partidária ocorre durante o mandato parlamentar, a principal consequência institucional desse comportamento implica uma alteração na correspondência entre votos e cadeiras, violando uma regra básica da representação política, de que a distribuição de preferências dos eleitores constitua a condição e medida para definir as oportunidades de acesso a postos públicos. Para entendermos isso, devemos lembrar que apenas um pequeno número de candidatos às cadeiras legislativas obtém sufrágios nominais em número igual ou superior ao quociente eleitoral (a relação entre o número de votos válidos e as vagas em disputa), assegurando sua eleição com os seus próprios votos. A grande maioria dos eleitos, embora

²⁴ No sistema eleitoral proporcional no Brasil a eleição de vereadores, deputados federais, estaduais e distrital, o voto pode ser direcionado a um candidato ou a legenda, no caso, ao partido político.

tendo obtido votos nominais em proporção inferior ao quociente, conquista sua vaga beneficiando-se dos votos partidários (p. 184).

Alguns analistas das trocas de legenda argumentam que os deputados, ao trocarem de partido no decorrer do mandato, acabam por promoverem um afastamento entre a vontade feita pelo eleitor e sua representação (Melo, 2004; Marengo, 2006). Mas é importante questionarmos sobre o possível afastamento entre a vontade do representado perante o representante após a decisão tomada nas urnas no tocante ao tipo de relação que estes estabelecem.

As mudanças de filiação na Câmara dos Deputados distorcem a representatividade que as legendas obtiveram depois das urnas serem encerradas e os votos serem traduzidos em cadeiras, e impedem que os parlamentares firmem carreira em apenas uma legenda, é o que aponta Roma (2007). O autor argumenta que a migração interpartidária é um fenômeno recorrente na Câmara dos Deputados desde o retorno à democracia. O número de parlamentares que trocam de partido se revela alto em todas as legislaturas. Ademais, o sistema partidário brasileiro caracteriza-se, entre outros atributos, pelo grande número de legendas que solicita nada mais do que formalidade para a afiliação em seus quadros.

No entanto, Roma conclui que esse diagnóstico, não obstante esteja correto, desconsidera, no caso da Câmara dos Deputados Federais, o desempenho dos deputados migrantes no quesito partidarismo e os efeitos das mudanças de filiação em seu comportamento. Deputados leais ou desertores têm um desempenho semelhante no cumprimento das obrigações assumidas com o partido ao qual estavam filiados. Neste caso, os dois agrupamentos apoiam a agenda partidária, obtendo notas parecidas nos quesitos disciplina e coesão.

Portanto, apesar de estudos baseados na magnitude e nas motivações das mudanças de legenda apontarem a fragilidade institucional e os efeitos negativos das migrações quanto ao sistema representativo brasileiro, "a infidelidade partidária é menos nociva à representação das preferências dos eleitores do que se convencionalmente se acredita" (Roma, 2007, p. 379).

O impacto da mudança de partido sobre a representatividade do sistema deve ser relativizado, uma vez que a maioria do eleitorado brasileiro vota no candidato e não no partido (MELO, 2004). A migração partidária, portanto, soma-se ao conjunto de fatores que contribui para diminuir o grau de representatividade do sistema político brasileiro. Assim, por mais que isso seja válido, não há como fugir ao fato de que o

sistema eleitoral traduz tais votos em termos partidários e é a partir de tal tradução que temos condições de avaliar as forças partidárias na sociedade.

Para Freitas (2008b), chegar à conclusão de que a migração partidária no Brasil promove uma crise de representatividade do parlamento é um pouco equivocada. Pois, segundo a autora, “poderíamos imaginar ser a migração partidária uma válvula de escape para aqueles que não encontram espaço para se manifestar dentro de seus partidos” (p. 45). Portanto, se pressupormos que o eleitor é quem define que parlamentares irão assumir as cadeiras determinadas para o partido, podemos imaginar que esse eleitor apoie as ideias desse candidato específico.

No artigo “As Metamorfoses do Governo Representativo”, Bernard Manin (1995) avalia o que tem ocorrido com a representatividade que os cidadãos incumbem a outras pessoas, com a intenção de se fazerem presentes no jogo político. Manin vai argumentar que frequentemente se afirma que a representação política está passando por uma crise nos países ocidentais. O autor coloca que, por tempos, a representação parecia estar fundamentada em uma forte e estável relação de confiança entre eleitorado e os partidos políticos. Desta forma, os governos atuais estão passando por uma situação de “metamorfose”, enquanto a ideia de representação.

É ainda mais extraordinário que a chamada crise de representação atual seja atribuída ao desaparecimento ou enfraquecimento daquelas mesmas características que distinguiam a democracia de partido do parlamentarismo e que pareciam aproximar a primeira de um governo do povo pelo povo. O que está atualmente em declínio são as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado (MANIN, 1995, p.3).

A falta de identificação por parte dos eleitores com os partidos políticos apontada por Manin é um dos fatores do problema da representação. O autor coloca que em um período da história os partidos propunham aos eleitores um programa político que se comprometiam a cumprir, caso chegasse ao poder. No entanto, hoje, a estratégia eleitoral dos candidatos e dos partidos repousa, em vez disso, na construção de imagens vagas que projetam a personalidade dos líderes. Nas palavras de Manin:

As pessoas votam de modo diferente, de uma eleição para a outra, dependendo da personalidade dos candidatos. Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido. Esse fenômeno assinala um afastamento do que se considerava como comportamento normal dos eleitores em uma democracia representativa, sugerindo uma crise de representação política [...] tem sido observado ainda o aumento da

importância dos fatores pessoais no relacionamento entre o representante e seu eleitorado. Esse aspecto aparece de modo nítido na relação que se estabelece entre o poder executivo e os eleitores no plano nacional. Há muito tempo os analistas vêm constatando uma tendência à personalização do poder nos países democráticos. (MANIN, 1995, p.15).

Este argumento de voto na personalidade e em suas características individuais como apontado acima por Manin, vimos no capítulo dois, que as pesquisas de opinião pública indicam uma forte tendência à personalização do voto em detrimento a outros aspectos de ideologia. Em campanhas ao cargo de Prefeito podemos notar como a valorização e a estratégia de transmitir a imagem e os atributos pessoais do candidato é o prevalecente. Portanto, os candidatos e os partidos dão ênfase à individualidade dos políticos em vez das plataformas políticas.

Diante do posto, o autor vai apontar que o problema da falta de identificação do povo com os governantes, aliado à precária preparação dos eleitores e dos candidatos para a participação política, ocasiona um desequilíbrio no funcionamento do sistema político. A falta de clareza e informação faz com que haja uma descrença no modelo do jogo e na política. Fatores técnicos e a burocratização da política fazem com que o distanciamento entre eleitor e representado também fragilize os vínculos. Assim, Manin vai argumentar que:

As preferências dos cidadãos acerca de questões políticas expressam-se cada vez mais frequentemente por intermédio das pesquisas de opinião e das organizações que visam fomentar um objetivo particular, mas não têm intenção de se tornar governo. A eleição de representante já não parece um meio pelo qual os cidadãos indicam as políticas que desejam ver executadas. Por último, a arena política vem sendo progressivamente dominada por fatores técnicos que os cidadãos não dominam. Os políticos chegam ao poder por causa de suas aptidões e de sua experiência no uso dos meios de comunicação de massa, não porque estejam próximos ou se assemelhem aos seus eleitores. O abismo entre o governo e a sociedade, entre representantes e representados, parece estar aumentando (MANIN, 1995, p.1).

Segundo Manin, a insistência na ideia de que existe uma crise de representação se deve à percepção de que a concepção de governos representativos vem se afastando da fórmula do governo pelo povo. Desta maneira, a representação passa por transformações que provocam uma condição de governo com inúmeros fatores sendo regra e não exceção da sua constituição, como rupturas de acordos, deslealdade, corrupção etc. Os muitos deslizos provocados na política acabam por afetar a democracia. Assim, o autor vai colocar que a democracia representativa passa por uma crise que acaba afastando os cidadãos da participação.

A intenção aqui não é avaliar exaustivamente os impactos das migrações partidárias para o sistema representativo, e sim analisar como as migrações interferem na correlação de forças dos partidos políticos na Bahia. Buscou-se analisar as entradas e saídas dos prefeitos migrantes; identificando quais são os partidos que mais perdem e ganham força com as trocas partidárias.

Vejamos a seguir, na tabela 17, o número de prefeitos eleitos por partido para cada período eleitoral. Notemos a evolução de mandatos conquistados por cada partido. A evolução é contabilizada levando em conta o número inicial de prefeitos eleitos em 1996 pelo número de prefeitos eleitos em todos os períodos até 2012. Aparecem casos em que os partidos terão evolução positiva, quando o número de prefeitos eleitos para todo período teve crescimento. E casos em que o partido tem uma evolução negativa, quando há um decréscimo no número de prefeituras.

Tabela 17. Número de Prefeitos eleitos na Bahia por partido e por período eleitoral

Sigla do Partido	Número de prefeitos eleitos por período				
	1996	2000	2004	2008	2012
PAN	-	1	-	-	-
PCdoB	-	-	-	18	13
PDT	8	2	3	08	43
PFL > DEM	125	125	154	43	9
PHS	-	1	9	4	0
PL - PRONA > PR ²⁵	64	71	66	41	16
PMDB	48	32	20	115	45
PMN	4	1	6	3	1
PPB>PP	27	42	56	37	53
PPS	1	-	3	-	3
PRB	-	-	-	2	3
PRONA	-	-	1	-	-
PRP	5	-	16	5	4
PRTB	-	-	2	2	1
PSB	6	6	5	18	28
PSC	10	12	4	5	6
PSD	-	2	-	-	70
PSDB	23	25	27	26	9
PSDC	-	-	1	-	-
PSL	4	8	1	1	2
PT	4	7	19	67	92
PT do B	1	4	10	2	1
PTB	85	74	3	14	5
PRN>PTC	-	2	9	3	1
PTN	-	-	2	-	6
PV	1	1	1	4	6

Fonte: Ver anexo 1.

Em relação à Tabela 17 faremos algumas observações a respeito do crescimento e enfraquecimento do número de Prefeitos que o partido conquistou após

²⁵PR - Fusão do Partido Liberal (PL) com o PRONA fundem-se em 2006.

o fechamento das urnas. Faremos destaque para os mandatos conquistados ao longo do tempo por dois partidos políticos: o PFL>DEM e o PT.

Como nota-se na tabela 17, vale conferir destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT) que obteve a maior evolução de conquistas de mandatos na arena executiva municipal. O partido saiu de 4 prefeituras em 1996 para 7 prefeituras em 2000, 19 em 2004, 67 em 2008 e 92 prefeituras em 2012. O caso do PT pode estar intimamente ligado às conquistas do partido nas esferas Federal e Estadual com as vitórias eleitorais do Presidente Lula em 2002 e 2006 e Dilma em 2010, como também o sucesso eleitoral de Jaques Wagner ao Palácio de Ondina. Desta forma, o PT conseguiu o governo do Estado da Bahia em 2006 e 2010.

Na contramão da ascensão positiva no número de prefeituras no estado, o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), obteve o maior definhamento eleitoral. O partido saiu de 125 prefeituras em 1996 e 2000 tendo seu ápice em 2004 com 153 prefeituras, a partir daí acontece o seu declínio, e vê-se o tamanho e estatura do partido encolher para 43 em 2008 e somente 9 prefeituras em 2012. O enfraquecimento da legenda no estado pode ser relacionado às conjunturas nacionais e o contexto estadual de sucessivas derrotas eleitorais.

Ainda na tabela 17, podemos notar a evolução de grandes partidos no cenário nacional que teve acentuado declínio de forças na Bahia. O PMDB sofreu grande oscilação no período. O partido saiu de 48 prefeituras em 1996 para 32 em 2000, passou para 20 prefeitura em 2004, teve seu ápice em 2008 com 115 prefeituras e declinou para 45 prefeituras no ano de 2012. Contabilizando todo o período, o partido teve uma oscilação negativa de prefeituras. Adiante veremos alguns fatores da oscilação do PMDB.

Outro partido que declinou foi o PL>PR que elegeu 64 prefeitos em 1996, passou para 71 em 2000, teve uma leve queda no número de prefeitos em 2004 com 66 prefeitos eleitos e a partir daí começa a declinar para 41 prefeitos em 2008 e chega ao menor número em 2012 com 16 prefeitos eleitos.

O PTB aparece juntamente com o PFL>DEM como o partido que mais perdeu força dentro dos períodos eleitorais estudados. O PTB tem seu maior número de prefeituras conquistadas em 1996 com 85 prefeitos eleitos, a partir de 1996 o partido declina ano eleitoral após ano eleitoral. Em 2000 o partido elege 74 prefeitos, tem uma queda vertiginosa em sua estatura em 2004, passando a 3 prefeitos eleitos, sobe para 14 prefeitos eleitos em 2008 e chega a 5 prefeitos eleitos no ano de 2012.

Já o PSDB manteve uma média de prefeitos eleitos em 1996, 2000, 2004 e 2008 com 23, 25, 27 e 26 prefeitos eleitos respectivamente. O PSDB vai sofrer um declínio considerável em 2012 quando consegue eleger apenas 9 prefeitos.

Temos ainda casos de ascensão como o do PDT, que acumulou durante o período uma evolução extremamente favorável na ampliação de seus quadros políticos. O partido saiu de 8 prefeituras em 1996 para 2 em 2000, e a partir daí começa um crescimento passando para 3 prefeitos eleitos em 2004, 8 prefeitos em 2008, e tem um forte crescimento no seu tamanho em 2012 com 43 prefeitos eleitos.

Outro caso de evolução positiva é do PSB. Com 6 prefeitos eleitos em 1996 e 2000, tem um decréscimo de menos um prefeito eleito em comparação com os períodos anteriores, com 5 prefeitos eleitos em 2004, e passa a crescer com 18 prefeitos eleitos em 2008 e chega ao número de 28 prefeitos eleitos em 2012. O PSB consegue aumentar a sua força na arena executiva municipal nas eleições municipais de 2012 com o maior número de prefeitos eleitos pelo partido durante todo o período.

Outro caso de evolução e crescimento no número de prefeituras conquistadas é o do PPB>PP. Em 1996 o partido elege 27 prefeitos, cresce para 42 prefeitos eleitos em 2000, chegando ao número de 56 prefeitos eleitos em 2004, tem um decaimento em 2008 com 37 prefeituras e volta a crescer em tamanho em 2012 com a conquista de 53 prefeituras.

Sendo assim, a inspeção da tabela 17 acaba por revelar o tamanho da bancada eleita dos partidos no período eleitoral. Cabe agora identificar como estes partidos aumentaram ou perderam prefeitos a partir das migrações partidárias. O que as tabelas a seguir demonstram é, tão somente, que os partidos não são afetados de maneira similar pelo fenômeno. Ou seja, nem no tocante à entrada de prefeitos, nem no tocante à saída.

Veremos então como as migrações partidárias afetam os partidos políticos na Bahia, evidenciando que a estratégia de migrar para outro partido não pode ser analisada somente pela ótica da sobrevivência política como já apontava Freitas (2008). Sendo assim, é fundamental levar em consideração que os partidos detêm, no mínimo, a decisão de aceitar ou não novos membros.

Vejamos a seguir nas tabelas 18, 19, 20, 21 e 22 como as migrações partidárias afetam os partidos políticos. Analisamos como os partidos terminam o período eleitoral e como as migrações alteram as vitórias eleitorais dos partidos conquistadas nas

urnas. Chamaremos a atenção para alguns partidos, sendo eles: o PFL > DEM, PL>PR, PT, PMDB, PSD, PSDB e PP e PTB.

Tabela 18. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 1996 a 2000.

Sigla do Partido	Período eleitoral de 1996 a 2000		
	Prefeitos Eleitos	Nº de prefeitos migrantes que saem do partido	Nº de prefeitos migrantes que entram no partido
PAN	-	-	-
PCdoB	-	-	-
PDT	8	8	1
PFL > DEM	125	13	27
PHS	-	-	-
PL > PR	64	12	29
PMDB	48	23	3
PMN	4	3	0
PPB>PP	27	3	10
PPS	1	1	-
PRB	-	-	-
PRONA	-	-	-
PRP	5	5	-
PRTB	0	-	-
PSB	6	4	-
PSC	10	4	2
PSD	0	-	-
PSDB	23	9	4
PSDC	0	-	-
PSL	4	1	1
PT	4	-	-
PT do B	1	-	-
PTB	85	11	20
PTC	0	-	-
PTN	0	-	-
PV	1	1	-

Fonte: O autor

Tabela 19. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 2000 a 2004.

Sigla do Partido	Período eleitoral de 2000 a 2004		
	Prefeitos Eleitos	Nº de prefeitos migrantes que saem do partido	Nº de prefeitos migrantes que entram no partido
PAN	1	1	-
PCdoB	0	-	-
PDT	2	1	-
PFL > DEM	125	1	38
PHS	1	1	1
PL > PR	71	7	14
PMDB	32	9	-
PMN	1	-	-
PPB>PP	42	7	9
PPS	0	-	-
PRB	0	-	-
PRONA	0	-	1
PRP	0	-	1
PRTB	0	-	1
PSB	6	2	-
PSC	12	4	-
PSD	2	1	-
PSDB	25	5	2
PSDC	0	-	-
PSL	8	4	-
PST	1	1	-
PT	7	0	1
PT do B	4	0	1
PTB	74	27	-
PTC	2	-	2
PTN	0	-	1
PV	1	1	-

Fonte: O autor

Tabela 20. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 2004 a 2008.

Sigla do Partido	Período eleitoral de 2004 a 2008		
	Prefeitos Eleitos	Nº de prefeitos migrantes que saem do partido	Nº de prefeitos migrantes que entram no partido
PAN	-	-	-
PCdoB	-	-	4
PDT	3	1	-
PFL > DEM	154	41	1
PHS	9	5	-
PL > PR	66	24	8
PMDB	20	2	67
PMN	6	2	
PPB>PP	56	16	9
PPS	3	-	-
PRB	0	-	-
PRONA	1	-	-
PRP	16	9	-
PRTB	2	-	1
PSB	5	1	4
PSC	4	1	1
PSD	0	-	-
PSDB	27	8	13
PSDC	1	1	-
PSL	1	-	-
PT	19	1	7
PT do B	10	4	
PTB	3	1	5
PTC	9	4	1
PTN	2	-	-
PV	1	-	-

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 21. Número de prefeitos que saem e entram no partido no período eleitoral de 2008 a 2012.

Sigla do Partido	Período eleitoral de 2008 a 2012		
	Prefeitos Eleitos	Nº de prefeitos migrantes que saem do partido	Nº de prefeitos migrantes que entram no partido
PAN	-	-	-
PCdoB	18	2	2
PDT	08	-	19
PFL > DEM	43	17	-
PHS	4	0	-
PL > PR	41	16	-
PMDB	115	21	1
PMN	3	2	-
PP	37	1	10
PPS	0	-	-
PRB	2	-	1
PRONA	-	-	-
PRP	5	3	-
PRTB	2	-	-
PSB	18	4	3
PSC	5	3	0
PSD	0	0	39
PSDB	26	9	-
PSDC	0	-	-
PSL	1	-	-
PT	67	1	13
PT do B	2	1	-
PTB	14	6	-
PTC	3	1	-
PTN	0	-	-
PV	4	1	-

Fonte: Elaboração do autor

Tabela 22. Número de prefeitos que saem e entram no partido 1996 a 2012.

Sigla do Partido	Período eleitoral de 1996 a 2012		
	Prefeitos Eleitos	Nº de prefeitos migrantes que saem do partido	Nº de prefeitos migrantes que entram no partido
PAN	1	1	
PCdoB	31	2	6
PDT	64	10	20
PFL > DEM	456	72	66
PHS	14	6	1
PL > PR	258	59	51
PMDB	260	55	71
PMN	15	7	0
PP	215	27	38
PPS	7	1	0
PRB	5	-	1
PRONA	1		1
PRP	30	17	1
PRTB	5	-	2
PSB	63	11	7
PSC	37	12	3
PSD	72	6	39
PSDB	110	26	17
PSDC	1	-	-
PSL	16	5	1
PT	189	2	21
PT do B	18	5	0
PTB	181	45	25
PTC	15	5	3
PTN	8	-	-
PV	13	3	0

Fonte: Elaboração do autor

Em artigo intitulado “As migrações Partidárias e a correlação de forças na Câmara dos Deputados (1995-2006)”, Marcelo Costa Ferreira (2009) analisa a relação das trocas de legenda com a estabilidade política na Câmara Federal, e se as

alterações nas bancadas partidárias provocam alteração na correlação de forças na citada casa parlamentar.

Para a Câmara dos Deputados, Ferreira argumenta que existe significativa variação e migração partidária, todavia a mesma concentra-se nos pequenos partidos, que pouco participam da partilha dos postos de poder no Congresso. Nas palavras do autor: “os grandes partidos, na maior parte, não sofrem alteração nos tamanhos das bancadas de modo a perderem ou terem alteradas as suas posições de poder” (p. 206).

O autor vai chegar à conclusão diferente da apontada pela literatura que trata da migração partidária como um fator de instabilidade política (MELO, 2004), que diz que o elevado número de migração afetaria a governabilidade porque esse processo alteraria a correlação de forças no interior da Câmara dos Deputados. O que tornaria a coalização governista instável do que seria em um panorama em que pouco acontecesse a migração partidária. Ferreira encerra dizendo que:

Conclui-se, portanto, que a migração partidária não afeta os tamanhos das quatro principais bancadas de uma forma que haja alterações nos postos da Mesa Diretora ou das Comissões de Finanças e Tributação ou Constituição e Justiça e Cidadania – coerente com os achados da pesquisa de Roma (2007, p. 380), que aponta que as consequências da migração partidária no sistema representativo não têm o impacto ressaltado pela literatura baseada na “magnitude e nas motivações das mudanças de legenda” (FERREIRA, 2009, p. 213).

Passemos a fazer uma análise descritiva da correlação de forças na arena executiva municipal baiana, a partir das tabelas 18 a 22. Algumas considerações a respeito das tabelas em questão: a coluna que indica “o número de prefeitos que saem do partido” significa aqueles prefeitos que saem do partido para se filiarem a outro para concorrerem à reeleição. Assim, respectivamente, são os dados que se referem aos que entram no partido. Deve-se ressaltar que as trocas de legenda acontecem ao longo do tempo ao decorrer de um mandato. E os prefeitos podem migrar mais de uma vez no decorrer do tempo.

Assim, o número de prefeituras conquistadas pelos partidos nas eleições se altera no decorrer do período e não pode ser computado simplesmente pela composição de prefeitos eleitos, mais migrantes que entram no partido, menos migrantes que saem do partido. Portanto, o cômputo deve ser feito ao longo do tempo, isto é, o saldo líquido entre entradas e saídas varia no tempo. No nosso caso, foram

analisadas as listas dos candidatos que se candidataram nas eleições para a reeleição. Sendo assim, analisa-se no momento eleitoral; visto que a legislação que vigorava no período explanava que para concorrer às eleições é preciso estar filiado um ano antes do pleito.

Verificando as Tabelas 18 a 22 percebe-se como as migrações afetam os partidos de modo a alterarem as forças dos partidos conquistadas nas urnas. Tomando a classificação dos partidos feita por Dantas Neto²⁶, pode-se observar como o fenômeno se evidencia no chamado “carlismo nuclear”, isto é, os partidos de direita, formado por PP, PL > PR e PTB, além do principal partido, o PFL > DEM.

Entendemos na pesquisa que o termo carlismo perpassa para além do campo político comandado única e exclusivamente e de forma vertical por ACM. Compartilhamos os argumentos de Dantas Neto (2007), no artigo “Mudança Política na Bahia: Circulação, Competição ou Pluralismo de Elites?”, de que “trata-se de pensar o carlismo²⁷ não apenas como um grupo político, mas como uma política, ou um modo de fazer política” (p.4). Este carlismo seria uma mistura de modernização econômica e conservadorismo político que, embora com diversidades de estilos e nas

²⁶ Apud Borges (2010).

²⁷ Destacamos uma passagem longa de Dantas Neto (2007) na qual o autor explicita os fundamentos do carlismo como uma política *baiano-nacional* nascida de aspirações modernizantes de uma elite regional, nos marcos da chamada *revolução passiva* brasileira e na perspectiva de um *autoritarismo instrumental*. Vejamos adiante o que seria o carlismo, em sua acepção mais ampla. “Em que consiste esse *elán* de modernização econômica? Em associar-se, a cada momento, aos movimentos de ponta do capitalismo brasileiro. Antes de 64, isto se deu através do nacional-desenvolvimentismo; depois do golpe, através de um desenvolvimentismo também com forte presença estatal, mas com orientação econômica subordinada ao setor externo; nos anos 90 pela chamada onda neoliberal. Em todos esses momentos, a elite baiana não perdeu tempo em arroubos contestatórios aos modelos econômicos dominantes: pragmaticamente a eles se associou, como sócio minoritário e captou, por esse meio, investimentos que mudaram a face econômica do Estado, no sentido da modernização capitalista. E em que consiste esse conservadorismo político adaptado à “baianidade”? Primeiro, numa concepção vertical da política, isto é, valorização unilateral da autoridade da elite governante, vista como único agente capaz de promover o bem comum (se for competente, o estado prosperará; se não, fracassará), sendo o critério de competência fortemente ligado às performances econômica e administrativa. Segundo, numa visão sobre democracia adstrita ao modelo de “democracia eleitoral”. Ao povo cabe, no máximo, se o regime for de competição democrática (mas nem precisa ser, pois a fórmula vale tanto nas democracias quanto nas ditaduras), escolher a elite a governá-lo. Qualquer papel que vá além do de conferir legitimidade eleitoral à elite governante merece desconfiança, é risco de instabilidade, ineficiência, “moleza”. Terceiro, para esse conservadorismo a legitimação tem de ser aclamativa, tendendo à unanimidade. Noutras palavras, a elite política deve resumir-se à elite governante. O conflito político é demonizado, o pluralismo desprezado e os adversários estigmatizados como “inimigos da Bahia”. Esta seria um todo homogêneo, cujo interesse e pensamento confundem-se com os da elite dirigente, que “traduz” o povo, adulando-o como ente retórico, mas anulando-o como ente político e convertendo-o em multidão de baianos trabalhadores, criativos, lindos, felizes, criaturas culturalmente exuberantes e politicamente infantis, cativas da tutela da liderança “competente” e amante da Bahia.” (p. 4).

suas fundamentações sociais, foi um receituário dominante em boa parte da história política do Brasil, mesmo sob diferentes regimes políticos.

Feito esta observação em relação ao que seria o carlismo na Bahia, notemos que no período de 1996 a 2000 o PFL>DEM foi o partido que mais elegeu prefeitos na Bahia, via migração o partido recebeu 27 novos prefeitos e 13 deixaram a legenda. No período de 2000 a 2004, o partido elegeu os mesmos 125 prefeitos, ingressaram via troca de legenda no partido 38 novos prefeitos, enquanto somente 1 saiu.

Para o período de 2004 a 2008, a partir daí o PFL>DEM começa a sofrer um enfraquecimento no seu tamanho na Bahia. O partido que elegeu 154 prefeitos em 2004 perdeu, no decorrer do período, 41 prefeitos, ou seja, 26,6% da sua bancada executiva eleita nas eleições municipais, e somente 1 prefeito ingressou no partido através do artifício das migrações. A debandada do partido continuou no segundo período. Entre 2008 e 2012, dos 43 prefeitos eleitos em 2008 - notemos que há uma redução significativa no número de prefeituras conquistadas pelo partido em comparação com 2004 – saíram 17 (39,5%) prefeitos para se filiarem a outro; e nenhum prefeito ingressou na legenda. Em 2012 o partido chega ao seu menor número de prefeituras no Estado com a eleição de 9 prefeituras.

Após as eleições de 2006, o cenário político da Bahia passa por expressivas modificações. Os adversários políticos do carlismo passam do campo oposicionista para a situação na política estadual. Após 16 anos de exercício ininterrupto do poder estadual, o grupo carlista teve que viver a experiência de ser oposição no Estado.

Das urnas de 2004, o campo carlista saía com o controle de 80% das prefeituras, mas a derrota eleitoral de 2006 e um ano de governo do PT remeteram essa condição ao passado. Calcula-se que algo em torno de 120 prefeitos deixaram formalmente o campo carlista e se abrigaram em alguma legenda integrante ou aderente à nova situação estadual, especialmente o PMDB (DANTAS NETO, 2007, p.1)

Outro partido do chamado “carlismo nuclear” o PL > PR elegeu 66 prefeitos em 1996, e desses, até 2000, saíram 12 via migração e ingressaram 27 através da troca de legenda. Para o período de 2000 a 2004 foram eleitos 71 prefeitos em 2000 e saíram 7 e entraram 14 via migração. Foram 66 prefeituras conquistadas em 2004 e deste total saíram 24 prefeitos, cerca de 36,6% dos prefeitos eleitos pelo partido. Ingressaram na legenda por via migratória 9 prefeitos. E para o segundo período, compreendido entre 2008 e 2012, o partido elegeu 41 prefeitos em 2008, e no decorrer

do mandato 16 prefeitos migraram para outra legenda. E nenhum ingressou no partido por via migração.

O PTB é um dos partidos que vê suas forças partidárias alterarem com as trocas de legenda. No período de 1996 a 2000, o partido elegeu 85 prefeitos em 1996 e destes 11 saem da legenda, o correspondente a 13%, todavia cerca de 20 prefeitos ingressam no partido. A debandada começa a partir do segundo período eleitoral que compreende 2000 a 2004 quando o PTB elege 74 prefeitos em 2000 e 36,5% desses eleitos deixam o partido no decorrer do mandato e nenhum prefeito entra na agremiação através da migração partidária.

O Partido Progressista (PP) conquistou 56 prefeituras em 2004. Saíram do partido 16 prefeitos e 9 ingressaram no partido. O que manteve estável o número de prefeituras conquistadas. No segundo período o PP perdeu apenas um prefeito através das migrações, mas ganhou 10 prefeitos por meio desta estratégia. O partido saiu de 37 prefeituras conquistadas em 2008 para 46 no período final.

Nota-se nas tabelas 18 a 22 que o PT foi um dos partidos menos afetados com o troca-troca de partidos. Mas se poucos saíram do partido, contudo, 21 prefeitos ingressaram na legenda por via migração. Chama a atenção o caso do PMDB que no período de 2004 a 2008 é o partido que mais cresce de tamanho em prefeituras sem passar pelo crivo eleitoral. O partido recebe nada menos do que 67 prefeitos migrantes. Aumentando consideravelmente a sua força na arena executiva municipal.

Partido de centro, o PMDB é caracterizado por ter em seus quadros políticos membros de todas as vertentes ideológicas. O partido foi o destino de muitos prefeitos que pertenciam à base carlista. Já no período de 2008-2012, o partido perdeu mais prefeitos do que recebeu. Provavelmente por conta de o partido deixar de fazer parte da base aliada do Governo do Estado e deixar de ser um polo de atração de benefícios para os prefeitos.

Desta forma, o partido que passa a receber mais prefeitos no último período é o PSD. Partido criado em 2011, tem como liderança maior no Estado o Vice-Governador Otto Alencar, que sai do PP para se filiar ao PSD. Com ele à frente do partido, 39 prefeitos entram na legenda.

Cabe indagar se os partidos são vítimas de prefeitos individualistas que buscam somente o aumento de capital político e recursos eleitorais para a reeleição? Ou os partidos compactuam com tal estratégia visando aumentar seu quadro de novos membros? Tentaremos responder mais à frente.

O que vale enfatizar é que dos partidos compostos pelo chamado núcleo carlista, o PFL > DEM e o PL > PR e o PTB foram os que mais perderam forças através das migrações partidárias, principalmente no período compreendido de 2004 a 2008. Sem dúvidas, o PFL>DEM foi o partido que mais sofreu impactos em seu tamanho e força no jogo político da Bahia.

Para Ricardo Luiz Mendes Ribeiro (2012) “a ideia de que a debilidade do PFL, após 2002, deveu-se à passagem do partido para a oposição é amparada, em primeiro lugar, por números da migração partidária que afetou a legenda” (p, 17). O autor vai demonstrar o enfraquecimento do partido em decorrência da migração partidária em especial na Câmara dos Deputados e no enfraquecimento do partido nas eleições municipais.

No caso do enfraquecimento político do partido na Bahia, de acordo com André Borges (2010), a junção de fatores institucionais brasileiros entre clientelismo sem partidos fortes e competição vertical entre governos federal e estadual fez com que as coalizões eleitorais entrassem em instabilidade na Bahia.

Assim, na avaliação dos efeitos que a passagem para a oposição acarretou à a base eleitoral do PFL, Ribeiro (2012) partiu da hipótese de que há municípios com viés governista. O autor vai definir governismo em relação ao poder nacional, sendo assim, são considerados governistas os partidos que participavam da coligação que apoiava o governo federal na época da eleição. Desta forma, de acordo com Ribeiro, assumimos que os municípios com tendências governistas possuem as seguintes características:

(i) estão localizados principalmente no Nordeste; (ii) são pequenos e pouco desenvolvidos; (iii) sua economia é dependente do setor público. São características que definem o que se costuma chamar de “grotões”, cidades pequenas, pobres, dependentes de recursos públicos e localizadas nas regiões menos desenvolvidas do país. Três autores justificam esse perfil traçado para os municípios teoricamente governistas. (RIBEIRO, 2012, p. 20).

Portanto, se considerarmos que os partidos são organizacionalmente fracos e sujeitos ao fenômeno das trocas de legenda motivadas pelo “vírus” do governismo, a capacidade dos chefes políticos estaduais de garantir o apoio de aliados e seguidores é sempre relativa. Adicionando a isto o conflito e a competição entre coalizões eleitorais adversárias nos níveis estadual e federal, torna-se compreensível entender

o comportamento oportunista das bases municipais que, tradicionalmente, sustentam as coalizões eleitorais estaduais nas regiões mais pobres. (*Idem*).

Assim, ao considerarmos esta situação no caso baiano para os partidos que controlavam o cenário político do estado, destaque para o PFL, nas eleições de 2006 os prefeitos aliados ao carlismo viram-se diante de uma candidatura de oposição eleitoralmente viável, que contava com o apoio de um Presidente-candidato extremamente popular entre as camadas mais pobres da população. O Presidente Lula vinha com ótimo desempenho nas pesquisas, embalado pelo crescimento da economia e pelo sucesso das políticas federais de combate à pobreza (Borges, 2010).

Segundo Borges, a vitória de Jacques Wagner ao governo do estado foi beneficiada por uma conjuntura política estadual e nacional que lhe era amplamente favorável, a começar pelos altos índices de popularidade do Presidente Lula, candidato à reeleição, especialmente entre os estratos de menor renda e escolaridade do eleitorado. O autor salienta que desde o início da campanha, o então candidato Jacques Wagner procurou a todo custo “colar” a sua imagem à do Presidente, na tentativa de ampliar a votação do PT estadual fora dos redutos tradicionais do partido, localizados na região metropolitana e nos grandes centros urbanos do estado.

Neste contexto, o grupo carlista encontrava-se internamente dividido entre os partidários do Governador Paulo Souto e o chamado “carlismo ortodoxo” dos seguidores do patriarca do grupo (Borges, 2010). Diante desse quadro de divisões internas, podemos supor que muitos prefeitos não se sentiram motivados a apoiar a candidatura de Paulo Souto à reeleição.

Borges reforça que a política de alianças também emprestou maior visibilidade à candidatura Wagner. Em 1998 e 2002 o PT não havia sido capaz de aglutinar apoios significativos entre os partidos de centro, ou mesmo assegurar a união das esquerdas, no estado, em torno da candidatura do partido. Em 2006, de forma diversa, o PT logrou formar uma ampla frente anticarlista, que incluía não só aliados à esquerda como o PSB, PCdoB o PDT e o PPS, mas também o PMDB e os excarlistas do PTB.

Compartilha-se nesta pesquisa o argumento de Borges (2010). O autor aponta que o enfraquecimento do grupo carlista no período recente coincide com uma conjuntura nacional bem mais desfavorável comparativamente ao auge vivenciado ao longo da década de 90. O grande potencial eleitoral conquistado pelo PFL e demais partidos que compunham a coalizão política carlista não pode ser explicado sem que se correlacione as esferas políticas nacionais e estaduais. Nas palavras do autor:

o auge eleitoral do carlismo coincide com os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), período no qual o chefe do grupo atuou como um dos arquitetos e fiadores da aliança PSDB-PFL, que garantiu a governabilidade necessária à implementação da política de ajuste fiscal e estabilização da economia. No plano estadual, ACM e seus aliados valeram-se da alocação estratégica de cargos e verbas para cooptar parcela importante da oposição de centro, ao mesmo tempo em que submetiam as prefeituras não alinhadas ao Executivo estadual a um verdadeiro “bloqueio financeiro”. Ao final dos anos 1990, a oposição havia sido praticamente dizimada: o grupo carlista detinha o suporte de quase 90% das 417 prefeituras do estado e 75% dos deputados na Assembleia Legislativa. (p. 177).

Para Ribeiro (2012), no artigo “Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL”, corrobora a hipótese de que a transferência do PFL para a oposição, a partir de 2003, fato inédito na história do partido, decorrente da ascensão do PT ao poder federal, foi o momento importante e decisivo para o início da decadência do partido, com a perda de tamanho e força política. E é a partir desse momento que o partido vai, em 2007, mudar o nome da sigla para Democratas.

A chave para ir além da abordagem “apenas uma jogada de marketing” está no evento que levou os dirigentes pefelistas a empenharem-se no processo de refundação do partido: a eleição de Lula para a Presidência da República e a conseqüente chegada do PT ao poder federal. Foi um acontecimento marcante para o país e também decisivo para a trajetória do PFL, que, pela primeira vez em sua história, viu-se desabrigado do poder nacional. A hipótese central deste trabalho é justamente a ideia de que a passagem do PFL para a oposição foi o fator desencadeador do processo de refundação do partido, que culminou no surgimento do DEM, e também do declínio do partido nos anos que se seguiram. (RIBEIRO, 2012. p, 31).

Sendo assim, ao longo de duas décadas praticamente ininterruptas, entre 1982 e 2006, com a exceção de 1986 e 1990, uma mesma coalizão de partidos de direita, tendo na liderança o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), estabeleceu ampla hegemonia eleitoral no estado. O estilo carismático e autocrático do ex-Governador Antônio Carlos Magalhães (ACM), projetado nacionalmente, contribuiu para conferir ares quase mitológico ao chamado carlismo e certa aura de invencibilidade nas urnas. (Borges, 2010).

Após o seu auge de domínio e poder na Bahia em todas as esferas eleitorais, o enfraquecimento do grupo carlistas no período recente coincide com uma conjuntura nacional bem mais desfavorável comparativamente ao auge experimentado ao longo dos anos 90.

Fatores como o escândalo do painel do Senado em 2001, que obrigou a renúncia de ACM da Presidência da casa e do Senado, seguido do rompimento com o governo FHC, levou o grupo, novamente, à condição de elite regional. A eleição de Lula, em 2002, trouxe perdas ainda maiores, ao viabilizar a oposição petista na Bahia o apoio federal às suas pretensões regionais. Fracassou também a intenção do carlismo de se aproximar do Presidente Lula ao longo do ano de 2003. Os deputados carlistas chegaram a apoiar o governo em algumas votações importantes, mas se tornou evidente a impossibilidade de conciliação e coligação entre as legendas. (*Idem*).

Estes fatores atingiram negativamente a onipotência e infalibilidade que cercava o poderio carlista. Dantas Neto (2003) destaca que o grupo ficou a mercê da pura lógica dos interesses. Portanto, à medida que refluía seu peso no Governo Federal, começou a perder também o controle sobre importantes recursos de poder na Bahia. Dantas Neto reforça que estes recursos afetaram de modo a acontecer:

[...] rompimento do PMDB; defecção de deputados; confronto com o movimento estudantil; greve radical das polícias estaduais; oposição de *A Tarde*, principal órgão da imprensa escrita baiana; limitação, pela *Rede Globo*, do uso político da sua repetidora na Bahia, propriedade da família Magalhães e perda do controle sobre o TRE e a cúpula judiciária do Estado, tudo isso formando uma cadeia de eventos erosivos, que se precipitaria sobre o cenário eleitoral de 2002. Nas urnas o desempenho refletiu a erosão. Mesmo vencendo no conjunto da Bahia, amargou derrota em Salvador e em outras das maiores cidades baianas, além de ver crescer muito a oposição de esquerda em todo o Estado". (p. 239)

Desta forma, após anos sucessivos no comando político do estado da Bahia controlando as esferas legislativas e executivas, o antigo PFL > DEM viu-se em situação de declínio nos anos 2000. Inferimos que, diante do cenário contextual da política nacional e estadual, o pragmatismo político das bases municipais carlistas levou-as à direção e adesão à candidatura de Jaques Wagner na perspectiva de manter-se ao lado das – prováveis – forças vitoriosas nos pleitos nacional e estadual, e assim garantir vantagens e recompensas futuras no acesso a cargos e verbas fundamentais para a sua sobrevivência política. As migrações para este grupo de partidos foram motivadas por aspectos nacionais e estaduais, visando garantir a manutenção de recursos essenciais para a sobrevivência política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais trabalhos sobre as migrações partidárias na Ciência Política enfatizaram as trocas de legenda na Câmara dos Deputados Federais. Os estudos levaram a afirmar que o troca-troca de partido se tornou prática corriqueira no Congresso Nacional. Um grupo de autores (Melo, 2000, 2004; Diniz, 2000; Schmitt 1999) argumentaram que as trocas de legenda seriam motivadas pelo imperativo da sobrevivência política.

Além do mais, fatores como a fragilidade institucional do sistema político, o sistema eleitoral de representação proporcional, o baixo enraizamento dos partidos políticos frente a sociedade, o cenário de grande incerteza eleitoral ao qual os políticos estão inseridos e a não identificação do eleitorado com os partidos favoreceriam as migrações partidárias.

Por outro lado, Freitas (2008) afirmou que analisar as migrações partidárias a partir da lógica individual dos políticos que visam maximizar seus ganhos o tempo todo apenas reforçaria um pressuposto básico da Ciência Política. Pois é notório que políticos buscam maximizar seus ganhos de sucesso na carreira política a todo instante. Para a autora, focar somente nos atores individuais e nas suas motivações personalistas é não apreender o fenômeno no seu agregado. Centrar-se exageradamente na motivação individual nos faz perder a complexidade da dimensão estratégica envolvida na situação.

Portanto, é fundamental entender e compreender a participação dos atores coletivos, os partidos políticos, sem, no entanto, desconsiderar que os políticos calculam os custos benefícios que obtêm nas trocas de legenda. Se por um lado partidos perdem políticos, seja na arena legislativa, seja na arena executiva por via migração, outros ganham; e incentivam e estimulam as trocas partidárias tentando aumentar seus recursos.

Esta pesquisa procurou analisar um fenômeno recorrente na política brasileira, os movimentos de idas e vindas das trocas partidárias. Diferente do enfoque tradicional da literatura, o trabalho buscou verificar a ocorrência do fenômeno na arena executiva municipal, com o objetivo de compreender o troca-troca partidário dos prefeitos baianos.

Na pesquisa, adotou-se as duas principais vertentes sobre as migrações partidárias. Foram considerados os estudos que indicam que as migrações partidárias

são motivadas pelo instinto da sobrevivência política e as que consideram que os partidos políticos são os mais beneficiados e estimulam as migrações. Partidos estes que visam ampliar seu leque de votos, seus recursos e aumentar a participação nas esferas de poder.

Este trabalho procurou verificar se as trocas de legenda aconteciam na arena executiva municipal baiana. Os dados revelaram que as migrações ocorreram de forma considerável nos municípios baianos. Das 417 cidades da Bahia, houve migrações em 84,4% destas. Foram computadas 682 trocas de legenda, considerando os cinco períodos eleitorais de 1996 a 2012.

A pesquisa aqui proposta ainda versou sobre as migrações a partir da ótica da sobrevivência política. Sabemos que migrar ou não migrar não é considerada uma alternativa que traga certeza de sucesso para reeleição, mas quando o prefeito migra, ao menos existe a percepção de que o novo partido pode lhe conferir mais recursos para disputar uma nova eleição. Outro ponto importante diz respeito à percepção do eleitorado. Para o político, a troca de partido, pelo menos naquilo que diz respeito à percepção do eleitor, passou a ser uma manobra de baixo custo, pois os laços são frágeis entre o eleitor e o partido.

Os dados mostraram que migrar ou não migrar de partido não é fator relevante para determinar o sucesso eleitoral. Verificou-se que houve equilíbrio entre as taxas de sucesso daqueles que conseguiram a reeleição migrando de partido e aqueles que conseguiram a reeleição permanecendo fiéis ao partido.

Este trabalho também buscou identificar os sentidos das migrações partidárias dos prefeitos baianos quanto a sua origem e destino a partir da classificação de direita, centro e esquerda, comumente utilizado pela literatura da Ciência Política. Assim, com base nas classificações ideológicas desenvolvidas pela literatura, procuramos responder para onde vão e de onde vêm os prefeitos migrantes?

A partir da observação dos sentidos das migrações partidárias, ficou caracterizado dois momentos claros enquanto ao sentido adotado pelos prefeitos trânsfugas. Nos dois primeiros períodos, 1996 a 2000 e 2000 a 2004, as trocas de legenda se concentraram em partidos de direita. No período de 2004 a 2008 os partidos de centro representaram a grande preferência dos prefeitos quanto ao destino das mudanças. No último período há uma concentração em partidos de centro e esquerda

Desta forma, vimos que os partidos de direita são os que mais enfraquecem com a debandada dos prefeitos trãsfugas. Poucas são as migrações de prefeitos oriundos de partidos da esquerda. No entanto, se por um lado os partidos de direita veem suas forças diminuir com a saída dos prefeitos, muitos partidos de centro-esquerda recebem estes prefeitos.

Assim, a estratégia de migrar buscando a maximização dos ganhos eleitorais e manter o sucesso na carreira política, encontra nos partidos os incentivos para a realização de tal prática, pois os partidos estão interessados em aumentar seus recursos de poder.

Na penúltima seção deste trabalho tratou-se de analisar os sentidos adotados pelos prefeitos migrantes em relação aos partidos de origem e destino. Como também verificar o contexto e as conjunturas políticas, procurando compreender como fatores contextuais afetaram os partidos políticos na Bahia; e ainda evidenciar que a estratégia de migrar para outro partido não pode ser analisada somente pela ótica da sobrevivência política.

O cenário político federal e estadual com as vitórias eleitorais das forças de centro-esquerda capitaneadas pelas conquistas nas urnas do Presidente Lula em 2002 e 2006, e Dilma Rousseff em 2010, no plano federal; e Jaques Wagner em 2006 e 2010, no plano estadual, levaram à instabilidade as bases municipais baianas. Bases estas controladas pelos partidos de centro-direita, liderados pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM).

Os dados apontaram que os partidos que mais perderam prefeitos por via migração foram o PFL>DEM, o PL>PR e o PTB, partidos do chamado “núcleo carlista”. O PFL>DEM não só perdeu muitos prefeitos, como reduziu significativamente a sua força partidária no Estado. O partido saiu de 153 prefeituras em 2004 para 9 em 2012.

Por outro lado, o PMDB foi o partido que mais recebeu prefeitos via migração no período de 2004-2008. Partido de centro, o PMDB é caracterizado por ter em seus quadros políticos membros de todas as vertentes ideológicas. O partido foi o destino de muitos prefeitos que pertenciam à base carlista. Já no segundo período de 2008-2012, o partido perdeu mais prefeitos do que recebeu; provavelmente por conta de o partido deixar de fazer parte da base aliada do Governo do Estado.

Desta forma, o partido que passa a receber mais prefeitos no segundo período é o PSD. Partido criado em 2011, tinha à época como liderança maior no Estado o

Vice-Governador Otto Alencar, que saiu do PP, e conseguiu levar para o PSD 39 prefeitos.

Concluindo, as migrações partidárias fazem parte das estratégias eleitorais e de acesso a recursos de poder tanto para prefeitos quanto para partidos. Para melhor entendimento do fenômeno é fundamental compreender os contextos conjunturais em que tais migrações estão inseridas. Os partidos compactuam com tais práticas individualistas, pois, se por um momento ele perde forças, através da saída de prefeitos com mandatos por sua legenda, mantém a esperança de receber novos membros pela mesma via que os fez perder. O campo da migração partidária se mostra atraente para o cientista político, uma vez que os políticos e os partidos fazem uso recorrente de tal prática. Estudar as migrações é compreender as dinâmicas das estratégias eleitorais envolvidas e entender o sistema partidário brasileiro. Portanto, esta pesquisa buscou fazer esta abordagem ampliando o foco para a arena executiva municipal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Graça Lobo de. *Fidelidade Partidária: é importante para o eleitor?* Brasília. 2007.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro Da Democracia: Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2011.

BORGES, André. *Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudanças eleitoral nos Estados brasileiros*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

CASTRO, Mônica Marta Machado. *Eleitorado brasileiro: composição e grau de participação*. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio (Org.). In: *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2007.

Confederação Nacional de Municípios: *Estudo sobre os determinantes na reeleição de prefeitos: pleitos de 2000 e 2004*.

Confederação Nacional de Municípios: *Os Determinantes na reeleição de prefeitos nos pleitos de 2000 e 2004*. Estudos técnicos CNM-Volume 1.

Confederação Nacional de Municípios: *Os resultados do fenômeno da reeleição em 2008 e uma comparação com os dois últimos pleitos municipais*. Estudos técnicos CNM-Volume 1.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. “SURF” *Nas ondas do tempo: do carlismo histórico ao carlismo pós-carlista*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 213-255, jul./dez. 2003.

_____. *Carlismo e oposição na Bahia pós-carlista*. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571%3Acarlismo-e-oposicao-na-bahia-pos-carlista-&catid=58&Itemid=414.

_____. *Mudança Política Na Bahia: circulação, competição ou pluralismo de elites?* 2007. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/OBSERVANORDESTE_IX_Edicao_texto_BA_rev.pdf

DINIZ, Simone. *As migrações partidárias e o calendário eleitoral*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 15, p. 37-45 2000.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA, Marcelo Costa. *As migrações partidárias e a correlação de forças na Câmara dos Deputados (1995-2006)*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 38, p. 205-215, fev. 2011

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub & LIMONGI, Fernando. 2001, *“Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional”*. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro, 2000.

FILHO, George Avelino. *Clientelismo e Política no Brasil, revisitando velhos problemas*. Novos Estudos n. 38, março de 1994

FREITAS, Andréa Marcondes de. *Migração Partidária na Câmara dos Deputados*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. 2008.

_____. *Infidelidade Partidária e Representação Política: alguns argumentos sobre a migração partidária no Brasil*. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 37-45, Jan./Abr. 2008.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. *Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80*. Loyola. São Paulo. 1993.

KINZO, Maria D'alvo. *Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil*. RBCS Vol. 20 nº 57 fevereiro. 2005.

MACIEL, Eliane Cruxên Barros de Almeida. *Fidelidade partidária um panorama institucional*. Brasília a. 41 n. 161 jan. /mar. 2004.

MAINWARING, Scott. *Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, (29), 1991.

MANIN, Bernard. *As Metamorfoses do Governo Representativo*. Rev. bras. Ci. Soc. v.10 n.29 São Paulo out. 1995.

MELO, Carlos Ranulfo. *Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados*. Dados, Rio de Janeiro, 43 (2), 2000.

_____. *Migração e lealdade partidária entre Deputados Brasileiros*. XXIV Encontro Anual da ANPOCS Petrópolis, 23 a 27 de outubro 2000.

_____. *Retirando as Cadeiras do Lugar. Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-2002)*. Editora UFMG Belo Horizonte. 2004.

MARENCO, André. *Migração partidária*. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.) *Reforma política no Brasil*. São Paulo: Editora UFMG, 2006.

_____. *Eleitorados estáveis inibem deputados infiéis? Votos e carreira na Câmara dos Deputados (1986-1998)*. XXV Encontro Anual da ANPOCS, Caxambú, 16 a 20 de Outubro 2001.

NICOLAU, Jairo. *Como Controlar o Representante? Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, 2002, pp. 219 a 236.

PEREIRA, Carlos. RENNÓ, Lúcio. *O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados*. Dados ano/vol. 44, n. 002. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2001.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. *A Política na Bahia: atrasos e personalismos*. Ideação, Feira de Santana, n.4, p.49-78, jul./dez. 1999.

RIBEIRO, Luiz Mendes. *Decadência longe do poder: refundação e crise do PFL*. Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 49, p. 5-37, mar. 2014.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Partidos, ideologia e composição social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31- 47. 2002

_____. *Direita, Centro e Esquerda: Partidos, ideologia e composição social*. Comunicação apresentada no Seminário Temático “Partidos, Eleições e Representação Política” do XXV Encontro Anual da ANPOCS Caxambu, MG, 16 a 20 de outubro de 2001.

ROMA, C. *Os efeitos da migração interpartidária na conduta parlamentar*. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, p. 351-392. 2007.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *ACM: poder, mídia e política*. Comunicação & política, n.s., v.VIII, n.2, p.107-149

SCHMITT, Rogério Augusto. *Migrações Partidárias e Reeleição na Câmara dos Deputados*. Novos Estudos, nº 54. São Paulo. 1999.

SCUMPETER, J.A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.

SILVA, Felipe de Figueiredo. BRAGA, Marcelo José. *Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008*.

SILVA, Patrick Cunha. FREITAS, Andréa. *O sentido da migração na Câmara dos Deputados (1995-2011)*. Trabalho preparado para apresentação no III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo, 2013.

SINGER, André. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

ZULINI, Jaqueline Porto. FREITAS, Andréa. *Migração Partidária: As experiências democráticas em análise comparada*. 7º Encontro da ABCP 4 a 7/08/2010, Recife, PE
Área Temática: Instituições Políticas.

APÊNDICE A – Lista dos partidos

Partido	Sigla agregada	Sigla atual	Nome atual do partido
PFL>DEM	PFL>DEM	DEM	Democratas
PCdoB	PCdoB	PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	PDT	PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	PHS	PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	PMDB	PMDB	Partido do Movimento Democrático
PMN	PMN	PMN	Partido da Mobilização Nacional
PDS>PP*	PDS>PPR>PPR>PP	PP	Partido Progressista
PCB>PPS**	PCB>PPS	PPS	Partido Popular Socialista
PL>PR***	PL>PR	PR	Partido da República
PMR>PRB****	PMR>PRB	PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	PRONA	PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRTB	PRTB	PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	PSB	PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	PSC	PSC	Partido Social Cristão
PSD	PSD	PSD	Partido Social Democrático
PSDB	PSDB	PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	PSDC	PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	PSL	PSL	Partido Social Liberal
PSOL	PSOL	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PST	PST	PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	PSTU	PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores da União
PT	PT	PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	PTB	PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PJ>PTC*****	PJ>PRN>PTC	PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	PTN	PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	PV	PV	Partido Verde
PRP	PRP	PRP	Partido Republicano Progressista
PTdoB	PTdoB	PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PCO	PCO	PCO	Partido da Causa Operária
PPL	PPL	PPL	Partido Pátria Livre
PEN	PEN	PEN	Partido Ecológico Nacional
PROS	PROS	PROS	Partido Republicano da Ordem Social
SD	SD	SD	Solidariedade
NOVO	NOVO	NOVO	Partido Novo
REDE	REDE	REDE	Rede Sustentabilidade
PMB	PMB	PMB	Partido da Mulher Brasileira

* O PDS fundiu-se com o PDC em 1993, passando a chamar-se Partido Progressista Reformador (PPR). Nova Fusão com o PP 21/09/1995 e nova nomenclatura – Partido Progressista Brasileiro (PPB). Passa a chamar-se Partido Progressista (PP) em 2003.

** O Partido Comunista Brasileiro (PCB) mudou o nome para Partido Socialista (PPS) em 1991.

*** Fusão do Partido Liberal (PL) com o PRONA fundem-se em 2006.

**** O Partido Municipalista Renovador (PMR) mudou a nomenclatura para Partido Republicano Brasileiro (PRB) em 2006.

***** O Partido da Juventude (PJ) de 1995, mudou de nome em 1989 para Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Em 2001 passou a chamar-se Partido Trabalhista Cristão (PTC).

ANEXO A – Fonte de Dados

Na elaboração do Banco de Dados utilizados nesta pesquisa, foram consultadas as seguintes fontes:

Tribunal Superior Eleitoral. Seção: Eleições.

- Para os dados de 1996: Última atualização em 27/10/2015
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>
- Para os dados de 2000: Última atualização em 27/10/2005
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>
- Para os dados de 2004: Última atualização em: 06/03/2008
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/resultado-da-eleicao-2004>
- Para os dados de 2008: Última atualização em: 30/07/2013
<http://www.tse.jus.br/hotSites/estatistica2008/indexResult.htm>
- Para os dados de 2012: Última atualização em: 27/08/2013
<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>